

GESTÃO 2013-2015

Presidente: Edson Mendes de Oliveira

Vice-Presidente: Viviane Colucci

Corregedor: Gracio Ricardo Barboza Petrone

09.12.13 - NO CAMINHO CERTO: PARA NOVO PRESIDENTE DO TRT-SC, MOMENTO HISTÓRICO EXIGE QUE JUSTIÇA DO TRABALHO CONTINUE DANDO RESPOSTAS RÁPIDAS E SEGURAS AOS CIDADÃOS

A Justiça do Trabalho precisa continuar respondendo de forma rápida e segura aos cidadãos que a procuram para resolver suas pendências. Essa foi a síntese do discurso de posse do novo presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, que assumiu o cargo em solenidade ocorrida dia 6 de dezembro, na sede do Tribunal, em Florianópolis.

Junto com Edson Mendes, que substituiu Gisele Pereira Alexandrino no mais alto posto do TRT-SC, também tomaram posse os outros dois integrantes do trio de desembargadores que irá administrar a Instituição pelos próximos dois anos. Viviane Colucci será a vice-presidente e acumulará o cargo de diretora da Escola Judicial, substituindo o desembargador Garibaldi Ferreira. A tarefa de fiscalizar e orientar o trabalho dos juízes de primeira instância ficará a cargo de Gracio Petrone, novo corregedor regional – cargo até então ocupado pelo novo presidente.

Num discurso objetivo e sucinto, Edson Mendes ressaltou a boa avaliação conferida ao Tribunal pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do TST Ives Gandra, durante inspeção realizada em novembro. “Na conclusão dos seus trabalhos, o ministro nos deu conta de que o TRT de Santa Catarina é o quarto em eficiência no país entre os 24 Regionais”, disse.

Ficou a cargo da desembargadora Maria Aparecida Caitano fazer a saudação aos empossados. Colega de Edson Mendes desde que ingressaram juntos na magistratura do trabalho catarinense, há 26 anos, a magistrada destacou a capacidade do novo presidente de “ouvir, compreender, apreender, destriçar e solucionar, sem jamais se quedar por mais espinhoso que fosse o problema”.

Em relação ao novo corregedor, a magistrada disse que ele não medirá esforços para cumprir o papel de harmonizar a heterogeneidade da primeira instância. “Também graduado em Psicologia e conhecedor da alma humana, o desembargador Gracio poderá compreender as limitações da pessoa do magistrado, sem divorciar-se da real finalidade inspeccional de controle e valorização da prestação jurisdicional.”

Sobre a vice-presidente e diretora da Escola Judicial, a desembargadora Maria Aparecida disse que seu “invejável currículo” revela a constante preocupação com todas as questões sociais. “Principalmente com aquelas que dizem respeito ao combate ao trabalho infantil e à proteção à saúde do trabalhador”.

A chefe da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina, Ângela Pincelli, também discursou. De acordo com ela, um dos principais desafios da nova Administração será lidar com o atual cenário de precarização das relações de trabalho. “A perversidade dessa realidade, infelizmente, nem sempre é revelada à sombra do formalismo e do tecnicismo tradicionais ao operador do Direito”, afirmou.

Representando a Presidência da OAB-SC, o advogado Gustavo Guimarães falou sobre a importância da Ordem na administração da Justiça e a necessidade de se estreitarem ainda mais as relações com o TRT-SC. E disse que um dos principais desafios da nova gestão será em relação à expansão do processo eletrônico.

10.12.13 - SEMANA DA CONCILIAÇÃO: TRT-SC CONFIRMA SUCESSO COM ACORDOS EM 58% DAS AUDIÊNCIAS

Um dos últimos acordos da 8ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, homologado em 6 de dezembro, foi no valor de R\$ 311 mil líquidos ao autor de ação trabalhista que tramitava há quase dez anos. Durante os cinco dias do mutirão aconteceram 1.178 audiências no TRT-SC e 685 acordos, que alcançaram um índice de sucesso de 58%.

Algumas iniciativas foram consideradas inovadoras, como o “sofá da conciliação”, em que o desembargador José Ernesto Manzi optou por um ambiente informal para incentivar as partes a fazer acordos. Na antessala do Plenário do Tribunal, ele apregoou as partes pessoalmente e as recebeu com um aperto de mão. Para o servidor Eduardo Quintiere, do Núcleo de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap), que organiza o evento no Tribunal catarinense, a experiência foi tão interessante que já há planos de implantar algo semelhante na própria sala do Conap.

8ª Semana Nacional da Conciliação				
Resultado - TRT-SC				
	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valores para autor (R\$)	Valores para INSS/IR (R\$)
Fase de conhecimento	969	563	5.844.728,39	329.187,32
Fase de execução	209	122	2.727.604,27	230.350,43

A Semana, criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais dos três ramos da Justiça – Federal, do Trabalho e Estadual – acontece desde 2007. O balanço parcial deste ano, em todo o país, soma mais de 230 mil audiências e, aproximadamente, R\$ 640 milhões em valores homologados, mas ainda não foi atualizado pela maioria dos tribunais participantes.

17.12.13 - FORO DE LAGES REALIZA PRIMEIRAS AUDIÊNCIAS PELO PJE-JT

As dez primeiras audiências de processos protocolados pelo sistema PJe-JT (Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho) no Foro de Lages aconteceram dia 16 de dezembro. A primeira, da 3ª Vara do Trabalho, uma ação proposta contra a Madepar Indústria e Comércio de Madeireiras Ltda., foi conduzida pela juíza Andrea Cristina de Souza Haus Bunn e terminou sem acordo.

O TRT-SC já registra mais de 19 mil ações trabalhistas ajuizadas pelo novo sistema, já instalado também em Navegantes, Joinville, Florianópolis, Chapecó, Palhoça e São José.

18.12.13 - TRT APROVA QUATRO NOVAS SÚMULAS NO FINAL DE 2013

Para encerrar o ano TRT catarinense aprovou, na 8ª sessão plenária ordinária realizada em 2 de dezembro, mais quatro súmulas sobre temas bem distintos.

A primeira delas, de número 48, diz respeito ao adicional de insalubridade, fixando o entendimento de que deve ser utilizado o salário mínimo como base de cálculo, salvo se houver previsão mais favorável estabelecida em acordo ou convenção coletivos. A matéria baseia-se na aplicação da Súmula Vinculante número 4 do Supremo Tribunal Federal.

Outro tema sumulado foi sobre o dano moral. O TRT estabeleceu na Súmula 49 que tanto a revista íntima do trabalhador quanto a de seus pertences, esta quando discriminatória, geram dano moral.

A correção monetária sobre pagamento de salários atrasados foi objeto da Súmula número 50 e se refere ao artigo 459 da CLT. Se o pagamento do salário ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária, mas se for pago depois, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º.

Finalmente, a Súmula 51 versa sobre acúmulo de funções e estabelece que, não havendo incompatibilidade com a condição pessoal ou abuso quantitativo, a atribuição de novas tarefas ao trabalhador na mesma jornada não configura acúmulo de funções remunerável.

14.01.14 - SEMANA DA CONCILIAÇÃO: TRT-SC HOMOLOGOU ACORDOS EM 60% DAS AUDIÊNCIAS REALIZADAS E VALORES ENVOLVIDOS ULTRAPASSAM OS R\$ 12 MILHÕES

O Núcleo de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap) divulgou dia 13 de janeiro o resultado final da 8ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, que aconteceu em dezembro. Os números confirmam o bom desempenho revelado pelo balanço parcial, no final do evento. Durante os cinco dias do mutirão aconteceram 1.617 audiências no TRT-SC e 970 acordos, alcançando um índice de sucesso de 60%.

O índice é superior à média alcançada por toda a Justiça Trabalhista (36,04%), toda a Justiça Estadual (56,87%) e até mesmo pela própria semana nacional, que alcança todo o Poder Judiciário (54,01%). O desempenho do TRT-SC supera, também, os resultados de todos os anos anteriores. Em 2010, o maior até então, foi de 45,4%.

Entre magistrados, conciliadores, colaboradores e pessoas atendidas, o evento registrou mais de cinco mil envolvidos. Algumas iniciativas foram consideradas inovadoras, como o “sofá da conciliação”, em que o desembargador José Ernesto Manzi optou por um ambiente informal para incentivar as partes a fazer acordos. Para o servidor Eduardo Quintiere, do Conap, a experiência foi tão interessante que já existem planos de implantar algo semelhante na própria sala do Núcleo.

Números da 8ª Semana da Conciliação no TRT-SC			
	AUDIÊNCIAS	ACORDOS	DESEMPENHO
Fase de conhecimento	1.364	830	60,85%
Fase de execução	253	140	59,57%
TOTAL	1.617	970	59,98%

Valores homologados	
Autores	R\$ 11.653.275,52
INSS	R\$ 548.205,10
Imposto de Renda	R\$ 202.976,20

A Semana da Conciliação tem como objetivo estimular a cultura do diálogo. Foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais dos três ramos da Justiça – Federal, do Trabalho e Estadual – e acontece desde 2007.

Os números nacionais ainda não estão fechados, mas o levantamento parcial do CNJ indica que já foi superada a marca de 200 mil acordos. Isso representa, pelo menos, um aumento de 16% em relação ao ano de 2012.

21.01.14 - COMPROMISSO: SEDE PRÓPRIA DO FORO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ SERÁ CONSTRUÍDA EM TERRENO A SER DOADO PELO MUNICÍPIO

A futura sede própria do Foro Trabalhista de Balneário Camboriú deverá ser construída num terreno de quase 1.000 metros quadrados, ao lado da Câmara de Vereadores e que será doado pela própria casa legislativa. O compromisso foi assumido na tarde de 20 de janeiro pelo prefeito municipal Edson Renato Dias (Edson 'Periquito') e pelo presidente da Câmara, Nilson Probst, em reunião com o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, e os juízes titulares do Foro, Sônia Roberts e Irno Resener.

De acordo com a Secretaria Administrativa, a celeridade de tramitação é importante para que o Tribunal possa incluir a verba necessária à construção da sede na proposta orçamentária de 2015, o que deve ser feito ainda no primeiro semestre deste ano.

De acordo com a direção do Serviço de Obras e Manutenção do Tribunal, o novo projeto irá prever vagas de garagem para juizes, servidores e usuários do Fórum, além de, pelo menos, uma unidade judiciária a mais. Isso porque nos últimos dois anos cada uma das duas varas recebeu mais de 1,5 mil processos. Somente em 2013, foram em torno de 2 mil processos recebidos por vara, quase 60% acima da média estadual.

Para o presidente do TRT-SC, o terreno que será doado pelo município atende perfeitamente às necessidades do Tribunal. “Está bem localizado, numa área ampla, próximo à saída da cidade e de um shopping center”, disse Edson Mendes, primeiro juiz trabalhista da jurisdição de Balneário Camboriú, criada em 1993. Mais importante, segundo ele, é que tanto o Tribunal quanto o Município se aliaram para propiciar ao jurisdicionado da região um espaço mais confortável e adequado.

21.01.14 - GREVE DO TRANSPORTE COLETIVO: SINTRATURB PAGA PRIMEIRA PARCELA DA DÍVIDA DE R\$ 51 MIL POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb) começou a pagar a multa imposta pelo TRT-SC, durante a greve de 2009, pelo descumprimento da ordem de manter uma frota mínima nas ruas. A primeira de sete parcelas, no valor de R\$ 7.321,30, foi depositada no dia 18 de dezembro na conta do Fundo Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

De acordo com a decisão, o dinheiro deve ser usado em programas de mobilidade urbana dos portadores de deficiências físicas de locomoção. O destino dado aos recursos deverá ser comprovado no processo e eles poderão contemplar, por exemplo, a aquisição de cadeiras de rodas, de próteses ou de outros equipamentos ou serviços de maior alcance individual ou coletivo.

Por parte dos sindicatos patronais, das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Santa Catarina (Setpesc) e das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município de Florianópolis (Setuf), a dívida de R\$ 307 mil foi quitada em dezembro, com desconto no valor das passagens entre os dias 16 e 22, o que beneficiou os usuários prejudicados com a paralisação.

23.01.14 - ADVOGADOS APROVAM PJE-JT APÓS PRIMEIRA AUDIÊNCIA COM NOVO SISTEMA NA 2ª VT DE SÃO JOSÉ

Os litigantes que participaram, no dia 22 de janeiro, da primeira audiência de uma ação trabalhista proposta pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na 2ª Vara do Trabalho (VT) de São José não chegaram a um acordo. Os advogados de ambas as partes, porém, concordaram num ponto: o PJe-JT já está assimilado como ferramenta de trabalho.

A advogada Ana Luiza de Souza vem utilizando o sistema há pouco mais de um ano, desde sua implantação no Foro de Florianópolis. “No começo, não conseguia ver nada de bom, mas agora acho que quase nada precisa ser melhorado”, compara. Para ela, o principal avanço em relação ao sistema anterior, o Provi, é a possibilidade de se enviar quantos arquivos forem necessários para a instrução do processo. “No sistema antigo, perdíamos muito tempo no escritório fracionando os arquivos para poder enviá-los por etapa”, lembra.

Já o advogado Joel Eliseu Galli afirma que não existe qualquer “mistério” na utilização do PJe-JT, e que tudo é uma “questão de prática”. A principal deficiência, segundo ele, já foi sanada: o envio de iniciais em arquivo PDF. “Pode haver um pouco de lentidão, mas mesmo assim perco menos tempo aguardando o sistema do que se tivesse que me deslocar até a unidade judiciária para praticar algum ato”, analisa.

A primeira audiência regular do Pje-JT em São José foi realizada no dia 3 de dezembro, pela 1ª VT. Desde então, foram mais de 20. De acordo com o juiz Adailto Degering, lotado na unidade, ainda é cedo para formar

uma opinião sobre o desempenho do sistema. Na 2ª Vara, a audiência inaugural foi presidida pela juíza titular Maria Beatriz da Silva Gubert, que registrou o momento como sendo “histórico” para a unidade. Na 3ª VT, a estreia está marcada para 10 de fevereiro.

Para a assistente de audiências Edilene Peixoto de Souza, o PJe-JT está longe de ser “um bicho de sete cabeças”. Há dois anos e meio na função, ela acredita que muitos servidores ficaram na defensiva com o PJe-JT mais em função dos comentários negativos que circulavam, do que propriamente por deficiências do sistema. “É claro que ele precisa ser melhorado, mas não é tão complicado para trabalhar como se falava”, afirma Edilene.

30.01.14 - DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA CAITANO DESPEDE-SE DOS JULGAMENTOS E RECEBE HOMENAGEM

A desembargadora Maria Aparecida Caitano participou, no dia 29 de janeiro, de sua última sessão de julgamento na 4ª Câmara do TRT-SC. No próximo dia 26 de fevereiro, ela completa 70 anos e será obrigada a se aposentar, conforme prevê a Constituição Federal.

A magistrada fez história na Justiça do Trabalho de Santa Catarina. Foi a primeira juíza negra da jurisdição e também a ocupar uma cadeira de desembargadora no Tribunal.

Um feito que ganha realce quando se descobre sua origem. Paranaense de Cambará, os pais, agricultores, foram para São Paulo quando ela tinha apenas dois anos. Lá, o pai fez de tudo um pouco: motorista, pedreiro e carpinteiro. A mãe trabalhava como cozinheira.

Para propiciar uma vida mais confortável aos pais, Caitano mergulhou fundo nos livros. Com bolsas de estudo, frequentou colégios particulares nos ensinos médio e fundamental, dividindo seu tempo com os afazeres domésticos que compartilhava com o pai e o irmão. Isso porque sua mãe voltava do trabalho apenas nos fins de semana.

Em meio às dificuldades, passou no vestibular e graduou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP). Em 1987, tornou-se juíza do trabalho, ascendendo ao Tribunal em 2008. Também possui mestrado em Direito pela USP, concluído em 2002 sob a orientação do jurista Sérgio Pinto Martins.

A desembargadora possui uma legião de admiradores no TRT-SC. Não à toa, recebeu, ao final de sua última sessão, uma homenagem de servidores que trabalham ou já trabalharam com ela. A colega Mari Eleda Migliorini fez um emocionado discurso. “Como juíza, Maria Aparecida Caitano aplicou o Direito como ele é, sem nunca se deixar levar por tendências ou qualquer tipo de circunstância. Na vida pessoal, é uma mulher encantadora e uma amiga para a vida inteira”, disse a magistrada.

No início da sessão, a desembargadora Maria Aparecida fez um breve resumo de sua atuação no Tribunal, contabilizando participação em mais de 20,3 mil processos em cinco anos. “Não houve fardo, mas muita vontade e amor pelo meu trabalho”, concluiu.

05.02.14 - EMPRESA DO GRUPO WALMART É CONDENADA EM R\$ 50 MIL POR DISCRIMINAR HOMOSSEXUAL

Em decisão unânime a 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região condenou o Maxxi Atacado, da rede Walmart, por discriminar um ex-funcionário homossexual. O valor da indenização por danos morais é de R\$ 50 mil.

O autor da ação trabalhista disse que durante um longo período foi crescendo profissionalmente e obtendo excelentes resultados nas avaliações a que era submetido. Segundo ele, todos na empresa sabiam da sua

orientação sexual. Mas, quando um novo gerente foi transferido para a loja, o funcionário teria começado a sofrer discriminações, que culminaram com sua dispensa.

Para os desembargadores, a prova testemunhal demonstra que o autor era tratado de forma diferente pelo seu superior hierárquico. Em depoimento, uma das testemunhas disse que isso era visível. Outra, que chegou a ser encarregada de acompanhar detalhadamente o comportamento do funcionário na loja, não sabendo explicar o motivo.

A desembargadora-relatora Viviane Colucci enfatiza que “considerando a extrema dificuldade para comprovação da conduta discriminatória, deve o magistrado dar especial atenção aos indícios existentes”. Como a empresa não comprovou o motivo da demissão, os membros da 1ª Câmara entenderam que deve ser presumido que o tratamento diferenciado ocorreu em virtude da homossexualidade.

10.02.14 - TRT-SC TEM CINCO PROJETOS INDICADOS EM SELEÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Cinco projetos do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) foram selecionados para o I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, promovido pelo TRT da 19ª Região (TRT-AL). O evento será realizado nos dias 27 e 28 de março, na cidade de Barra de São Miguel, no estado alagoano. Serão apresentados 35 trabalhos, escolhidos entre os enviados por todos os Regionais do país.

O TRT catarinense foi o que mais teve projetos indicados para serem apresentados no Encontro. Dos cinco, três são da área de Recursos Humanos – o Projeto Autoatendimento, o Programa de Acompanhamento Individual do Servidor e o Projeto de Gestão Ergonômica -, e dois da área de Informática – o Sistema de Assentamentos Funcionais (SAF) e o Processo Administrativo Virtual (Proad).

19.02.14 - COMISSÃO DO SENADO APROVA 27 CARGOS PARA ÁREA DE TI DO TRT-SC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou dia 19 de fevereiro, por unanimidade, o PLC nº 107/2013, que dispõe sobre a criação de 27 cargos de provimento efetivo para a área de tecnologia de informação (TI) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC).

Cargos Efetivos	Quantidade
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	23
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	4
Total	27

O relator da matéria, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), ressaltou em seu parecer que o TRT-SC enfrenta situação de escassez de servidores capacitados para a área de TI, dificultando o suporte técnico necessário à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), em curso em todos os tribunais trabalhistas.

Antes de iniciar a reunião da CCJ, o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, esteve em audiência com Luiz Henrique para agradecer pela apresentação do parecer e pedir apoio na célere aprovação do projeto. Diante da solicitação, o senador requereu que a matéria, já aprovada na Câmara, seguisse para apreciação do Plenário do Senado em regime de urgência, o que foi acatado.

21.02.14 - TRT-SC VAI ELIMINAR EM JUNHO QUASE 40 MIL PROCESSOS DE SEIS JURISDIÇÕES

A Justiça do Trabalho catarinense vai eliminar 37.596 ações trabalhistas de seis jurisdições, arquivadas definitivamente até 2005. Em razão disso, o Tribunal Regional do Trabalho está alertando as partes

interessadas de que o prazo para requerer a guarda definitiva do processo – ou apenas tirar fotocópias de documentos - vai até 26 de maio.

Havendo interesse em preservar o processo, ou lhe atribuir caráter histórico, o contato deve ser feito diretamente com a unidade judiciária por onde ele tramitou. A eliminação será por destruição mecânica e está marcada para 10 de junho, no Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig), em Florianópolis.

Nem todos os documentos serão destruídos. Decisões e documentos pessoais do autor, como carteira de trabalho e comprovantes de recolhimento previdenciários, por exemplo, são preservados fisicamente e também digitalizados.

No caso dos documentos pessoais, o Tribunal mantém a guarda dos originais pelo tempo definido na tabela de temporalidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). “A ideia é que o autor da ação trabalhista venha logo resgatar os documentos de seu interesse, principalmente aqueles úteis para sua aposentadoria”, explica o diretor do Sedig, Flávio Kretzer.

A eliminação de autos findos está prevista no Manual de Gestão Documental do CSJT e também na Recomendação 37/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com essas normas, processos arquivados definitivamente por mais de cinco anos podem ser destruídos.

Além de liberar espaço nas prateleiras das varas, a eliminação traz um benefício social. Isso porque o que sobra da destruição é doado para cooperativas de catadores de material reciclável, que revendem o papel para empresas de reciclagem.

24.02.14 - MUDANÇA PARCIAL DO TRT-SC ENTRA EM NOVA FASE

A primeira etapa da mudança de equipes que atuam na segunda instância para a nova sede, localizada na Avenida Rio Branco, 919, está concluída. Já estão ocupados os doze primeiros pavimentos, onde estão funcionando as secretarias das três Turmas, a do Tribunal Pleno e dos dezoito gabinetes de desembargadores. As sessões das Turmas, que ocorrem às terças e quarta-feiras, também estão sendo realizadas no novo endereço.

A segunda etapa da mudança - que prevê a ocupação do térreo, mezanino, garagens e 13º ao 15º pavimentos, com áreas como o Gabinete e a Secretaria-Geral da Presidência, Secretarias da Corregedoria e Judiciária, Protocolo, Serviços Processual (Sepro) e de Documentação, Divulgação e Jurisprudência (Sedjur), Expedição, Biblioteca, entre outros - está em fase de planejamento. Segundo o diretor do Serviço de Obras e Manutenção (Serom), Alexandre São Thiago, essas áreas serão deslocadas após o final de uma reforma, que será licitada nos próximos 60 dias.

O novo prédio conta com um espaço total de cerca de 8,7 mil metros quadrados e fica localizado a cerca de 450 metros da atual sede do Tribunal. A necessidade da mudança, constatada há anos, ficou ainda mais evidente após a edição de normas específicas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que estabelecem, entre outras diretrizes de projetos, referenciais mínimos de áreas a serem observados nos ambientes de trabalho.

13.03.14 - TERRENO NA VILA MOEMA, EM TUBARÃO, PODERÁ SEDIAR NOVO FÓRUM TRABALHISTA DO MUNICÍPIO

Um terreno medindo 3,5 mil metros quadrados na Vila Moema, ao lado da arena multiuso, está sendo cogitado para doação pelo município de Tubarão para abrigar a futura sede do foro trabalhista da cidade. Este foi o resultado do encontro, na tarde de 11 de março, que reuniu, além do prefeito João Falchetti, o presidente do TRT catarinense, desembargador Edson Mendes, o corregedor regional, desembargador Gracio Petrone, e os juízes titulares das varas do trabalho do município, Narbal Fileti e Ricardo Kock Nunes. Também

compareceram assessores do prefeito, representantes do Ordem dos Advogados do Brasil (subseção local) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Após a análise da proposta sugerida pela Prefeitura, ficou definido que no próximo dia 24, às 14h, uma nova reunião será feita no gabinete do prefeito para apreciação da minuta do projeto de lei que deverá ser encaminhado ao Legislativo. Para tanto, João Falchetti encarregou o secretário de Urbanismo, Vânio Freitas Júnior, e a procuradora-geral do município, Patrícia Uliano, de concluírem as providências para a remessa do projeto à Câmara.

O terreno é parte de uma área maior que havia sido doada à Unisul e que, posteriormente, retornou à Prefeitura para a implantação de alguns órgãos, entre eles o fórum trabalhista. A Unisul concordou com a devolução parcial e, no momento, o que precisa ser resolvido é a retirada de um gravame resultante do oferecimento do imóvel em garantia a um banco, numa operação financeira pactuada pela universidade.

Para o presidente do TRT, o resultado da reunião foi animador. “Estou satisfeito com a recepção do prefeito, até porque estamos falando de oferecer melhores condições para recepcionar o próprio jurisdicionado. Agora é aguardar o desdobramento do assunto até a solução esperada por todos”, concluiu.

17.03.14 - MORRE PROCURADOR DO TRABALHO CATARINENSE EGON KOERNER JUNIOR

Egon Koerner Junior, procurador do trabalho em Santa Catarina, faleceu vítima de acidente durante a realização de prova ciclística da qual participava, no sábado à noite, dia 15 de março, no quilômetro 143, da BR - 277, entre Curitiba e Ponta Grossa.

Koerner chefiou o Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina no período 2011/2013.

19.03.14 - JUIZ DO TRABALHO FAZ PARCERIAS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PEDE REFORÇO NA FISCALIZAÇÃO

"Criança trabalhando na rua é uma coisa inadmissível. Autoridades e cidadãos têm que fazer de tudo para erradicar essa exploração". A declaração é do juiz Gustavo Rafael Menegazzi, da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste, depois de flagrar menores vendendo lanche pelas ruas da cidade. Ele entrou em contato com o Conselho Tutelar, que foi até a casa da família exigir que as crianças voltassem para a escola. Além de receber apoio social, a mãe foi alertada da proibição.

No Brasil, cerca de 3,5 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 17 anos, trabalham, de acordo com a última pesquisa feita em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Região Sul aparece em destaque na lista, com 88 dos 100 municípios brasileiros que têm os maiores índices de trabalho infantil. O município de Novo Horizonte, por exemplo, aparece com 73% dos menores entre 10 e 14 anos trabalhando.

O juiz Menegazzi já identificou que crianças trabalham para, pelo menos, quatro sorveterias da cidade. “Elas estão sobrevivendo da exploração do trabalho infantil. Contratam uma criança e pagam menos, apesar de ela fazer o mesmo trabalho que um adulto faria. Claro que é importante que as empresas se desenvolvam, tenham lucro e gerem empregos, mas isso precisa ser feito dentro da lei”, observa. O fato também foi informado ao Conselho Tutelar, que explicou a ilegalidade aos proprietários das sorveterias.

“Assim como não se quer interditar empresas, também não é o objetivo colocar os pais na cadeia”, esclarece o magistrado. “Porém, eles são responsáveis e se, depois de alertados, continuarem com a conduta, terão que responder por isso”, alerta.

Para combater o problema, o juiz percebeu que a melhor medida é a parceria. Ele tem promovido reuniões com conselhos tutelares e ações sociais de 20 municípios da região, das quais também participam representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT/PRT-SC) e do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

“Pedi fiscalização rígida de todos os casos. Se eu encontrar alguma criança trabalhando e souber que o Conselho Tutelar, informado, não tomou as providências, vou acionar o Ministério Público do Trabalho”, avisa Menegazzi.

“Temos a ideia de que trabalhar é positivo e gera desenvolvimento ao ser humano, o que tem muito de verdade, mas no menor, estudos científicos mundiais demonstram que não é assim que funciona. A criança e o adolescente precisam estudar, precisam de um tempo de folga, eles estão em fase de desenvolvimento físico, mental e psicológico”, pontua o juiz.

Ele explica que receber carga e responsabilidade de um adulto prejudica o desenvolvimento da criança e, provavelmente, sua vida será mais difícil do que se tivesse estudado e seguido as etapas adequadamente.

21.03.14 - SANCIONADA LEI QUE CRIA 27 CARGOS PARA ESPECIALIDADE DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DO TRT-SC

Foi publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de março a Lei 12.957/2014, que cria 27 cargos na especialidade de Tecnologia de Informação para a Justiça do Trabalho catarinense. Vinte e três deles são para analista (nível superior) e quatro para técnico judiciário (nível médio). A lei foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 19.

A proposta original do TRT de Santa Catarina previa 39 cargos (33 para analista e seis para técnico), mas o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) reduziu ao quantitativo atual e a enviou para a Câmara dos Deputados, onde foi autuado como o Projeto de Lei 107/2013. Aprovado na Câmara, foi recebido pelo Senado em novembro de 2013. Entre a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e a sanção presidencial decorreu apenas um mês. Para agilizar a tramitação, o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, foi pessoalmente conversar com senador Luiz Henrique da Silveira, relator da matéria na CCJ.

21.03.14 - REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA AVALIA CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2013 E DEBATE NOVO PROJETO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO

A primeira Reunião de Análise Estratégica (RAE) de 2014 do TRT-SC aconteceu na tarde do dia 18 de março, no gabinete da presidência. Os assuntos da pauta trataram dos resultados das metas para o Judiciário fixadas para 2013, do conteúdo das que foram estabelecidas para este ano e sobre o projeto “Gestão da Estatística e Gestão de Metas”, em fase de elaboração pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) do Tribunal.

A reunião, que contou com a participação de integrantes do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal, instituído pela Portaria GP 38, de 19 de fevereiro de 2013, contou com a participação da maioria dos seus integrantes, entre eles o desembargador-presidente Edson Mendes, a desembargadora Viviane Colucci, vice-presidente do TRT, o desembargador Graciano Petrone, corregedor regional, além do juiz Alexandre Ramos, que também atua como juiz gestor de metas auxiliar na 12ª Região da Justiça do Trabalho.

O grau de cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Justiça do Trabalho – dez ao todo – e das três metas regionais, foi apresentado pela diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan), Fernanda Gomes Ferreira. “Das dez nacionais, conseguimos cumprir plenamente quatro metas. Quanto às regionais, as três foram cumpridas integralmente”, informou a diretora, no início da exposição.

Para este ano, o CNJ definiu seis metas para o Judiciário brasileiro, sendo que cinco se aplicam à Justiça do Trabalho. Entre as novidades está o que dispõe a Meta 3, que manda estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim. Outra meta – a de número 6 – pretende que se identifique e julgue, até o

final deste ano, as ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro de 2011, no 1º Grau, e até 31 de dezembro de 2012, no 2º Grau.

Além das cinco gerais, mais duas específicas para a Justiça do Trabalho foram definidas. A primeira quer que se realize oficinas de administração judiciária com participação de, pelo menos, 25% dos magistrados. A segunda pretende que se seja implantado programa de desenvolvimento gerencial em todos os tribunais, com base em modelo de gestão por competências.

A parte final da reunião foi destinada à apresentação do novo projeto da Seplan, que prevê a gestão da estatística e a gestão de metas. A equipe responsável pela elaboração inclui, além da diretora da secretaria que cuida do planejamento, o juiz Alexandre Ramos, gestor de metas e Luiz Carlos Zucco, diretor da 1ª VT de São José.

1º.04.14 - TRT-SC PARTICIPA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ESTADO SOBRE USO DO AMIANTO NA CADEIA PRODUTIVA

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) realizaram, em 31 de março, a primeira audiência pública no Estado para discutir os danos causados à saúde pelo amianto, substância utilizada principalmente em telhas e pastilhas e lonas para freios. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e, além de dois especialistas, foram convidados para participar o gestor regional do Programa Trabalho Seguro, desembargador do TRT-SC Amarildo Carlos de Lima, representantes da Secretaria de Estado da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e das empresas que vendem o produto no varejo. Os sindicatos que representam a categoria profissional também foram convidados, mas não enviaram representantes.

15.04.14 - TRT-SC INVESTE MAIS DE R\$ 1 MILLHÃO PARA AUMENTAR SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Nos últimos meses, uma série de ações tem sido realizada para aumentar a segurança nas dependências do TRT catarinense, tanto nos prédios da Capital quanto nas unidades instaladas no interior. Entre as iniciativas, estão a aquisição de armamento não letal (bastão retrátil), de equipamentos que regulam a entrada de pessoas - como portas giratórias, portais com detectores de metal e scanners raio-X de volume e bagagens - e investimento em treinamentos dos agentes de segurança.

Essas ações são instituídas e coordenadas pela Comissão Permanente de Segurança do TRT-SC, criada em 2012 com a função de deliberar sobre as prioridades relativas à segurança tanto pessoal como patrimonial da instituição. A Comissão age em parceria com o Núcleo de Segurança (Nuseg), formado por servidores com especialidade na área.

Os primeiros fóruns que vão receber portas giratórias detectoras de metal são os de Criciúma, Itajaí, Joinville e Lages, além da VT de Palhoça. De acordo com o servidor Marcelo Henrique Sestren, assistente do Núcleo de Segurança, essas portas necessitam a supervisão de apenas um responsável, por isso serão utilizadas nas unidades com menor efetivo de agentes ou naquelas atendidas somente por vigilantes terceirizados.

Já os portais detectores de metais fixos e desmontáveis e os scanners de volume e bagagem, que exigem no mínimo duas pessoas para a sua operação, estão sendo instalados nas duas sedes da segunda instância e no Fórum Trabalhista da Capital. Durante os meses de março e abril, os agentes de segurança que atuam em Florianópolis receberam treinamento para operar os novos equipamentos.

Para fazer o investimento, o Tribunal contou com recursos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que desenvolve dois projetos de nível nacional: um que favorece a modernização das instalações físicas e outro que contribui para a implantação de novas unidades.

O servidor Claudionor da Silva, chefe do Núcleo de Segurança, calcula que foram investidos cerca de R\$ 1,2 milhão na compra dos novos equipamentos, que incluem portas giratórias, portais detectores, scanners de raio-X, circuito interno de televisão, cadeiras de evacuação, catracas eletrônicas e bastões retráteis. Desse valor, R\$ 720 mil vieram do CSJT, informa Alécio Riffel, diretor do Serviço de Orçamento e Finanças (SOF).

O investimento em segurança também se estende à instalação de câmeras de circuito interno de televisão. O objetivo é inserir este tipo de monitoramento em todas as unidades judiciárias. “A presença de câmeras dissuade o comportamento inadequado, principalmente nas áreas de atendimento e nas salas de espera de audiências, e possibilita o registro de incidentes”, destaca Marcelo Sestren.

Ainda segundo o servidor, pretende-se até o fim de maio concluir a instalação de cerca de 140 câmeras digitais e 14 servidores de rede, distribuídos entre as unidades judiciárias de Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Blumenau (unidades da Av. Beira Rio e Rua XV De Novembro), Timbó, Mafra, Chapecó (nos dois prédios), Lages, Araranguá, Criciúma, Tubarão e Palhoça. As demais unidades deverão ser atendidas conforme a disponibilidade orçamentária.

23.04.14 - ESCOLA JUDICIAL DO TRT-SC MOBILIZA JUÍZES DAS 30 JURISDIÇÕES PARA DISCUTIR SEGURANÇA NO TRABALHO

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina vai promover, dias 24 e 25 de abril, uma série de atividades com foco na prevenção de acidentes de trabalho em oito municípios. O evento faz parte de uma programação especial que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) está organizando em todo o país, entre os dias 22 e 28, em referência ao Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, lembrado anualmente em 28 de abril. As atividades integram o Programa Trabalho Seguro, implantado pela Justiça do Trabalho em 2012.

Em Santa Catarina, o evento está sendo organizado pela Escola Judicial do TRT-SC, responsável pela formação e capacitação dos magistrados, em conjunto com as unidades judiciárias locais. O objetivo é realizar um grande debate sobre segurança do trabalho, identificando as dificuldades de cada região e apontando possíveis soluções para redução do número de acidentes de trabalho, que em Santa Catarina chegou a 44.525 em 2012 – sexto Estado no ranking de ocorrências.

As atividades foram definidas de acordo com as particularidades de cada uma das oito regiões socioeconômicas, compreendendo as 30 jurisdições da Justiça do Trabalho. Envolvem palestras, painéis, oficinas e workshops, realizados em locais diversos. Além de juízes e procuradores do trabalho, advogados e peritos judiciais, também foram convidados a participar auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), representantes sindicais e especialistas no assunto.

05.05.14 - PRESIDENTE DO TRT-SC TRATA DA NOVA SEDE DO FORO TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ COM PREFEITA DO MUNICÍPIO

O presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, reservou uma parte da tarde do dia 30 de abril para uma visita de trabalho à prefeita Adeliara Dal Pont, do município de São José. Na pauta, detalhes sobre as obras já iniciadas do novo Fórum Trabalhista, em terreno com 2.660 metros quadrados cedido pela União, numa operação que também envolveu a Prefeitura. O imóvel, localizado em região estratégica, na Beira-Mar de São José, fica próximo à sede da administração municipal.

Acompanhado do diretor-geral, Ageu Raupp, do diretor do Serviço de Obras e Manutenção (Serom), Alexandre Koenig S. Thiago, e de representante da Secretaria Administrativa (Secad), Luis Frederico Pereira, o presidente destacou a importância do investimento – cerca de R\$ 11 milhões –, além das características da obra, critérios de sustentabilidade, qualidade da edificação, bem como a regularidade documental.

A exemplo de todas as obras que estão sendo encaminhadas pelo Tribunal, o projeto de São José também precisou ser aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), encarregado de analisar memoriais, orçamentos, padronização das unidades judiciárias, cronograma, responsáveis técnicos e a melhor relação possível entre custo e benefício.

O novo fórum terá seis pavimentos, sendo que o térreo abrigará a central de atendimento do PJe-JT, cafeteria, bicicletário, vestiário para os ciclistas e parte do estacionamento coberto. O primeiro pavimento, exclusivamente destinado à garagens, foi planejado para que se conseguisse cumprir a legislação que disciplina o número de vagas exigidas. No segundo, serão instaladas as salas de audiências, espaço para apoio aos juízes, à OAB, além de área de espera para o público.

Além da Central de Atendimento e Execução de Mandados (Caem), o terceiro pavimento terá auditório, um espaço para treinamento e vestiário e refeitório para trabalhadores terceirizados. Finalmente, o quarto e o quinto serão destinados ao funcionamento das varas, duas em cada pavimento. Apesar do projeto do prédio - com área de 5.077 metros quadrados -, prever a ocupação de grande parte do terreno, ainda estão previstas algumas vagas externas de estacionamento.

A obra, recém-iniciada, tem prazo de execução de dezoito meses.

17.06.14 - TRT-SC APRESENTA NOVA VERSÃO DO PJE-JT A ADVOGADOS

O desembargador-presidente do TRT-SC, Edson Mendes de Oliveira, abriu no dia 16 de junho de 2014, no auditório do Tribunal, a palestra de apresentação das principais funcionalidades da versão 1.4.8.1 do PJe-JT, que se tornou disponível no dia 23 do mesmo mês.

O presidente resumiu para o público do encontro as vantagens da nova versão, especialmente para os advogados e procuradores públicos federais e estaduais.

25.08.14 - 2ª VT DE BRUSQUE É INAUGURADA PARA AMPLIAR ACESSO À JUSTIÇA EM REGIÃO COM MAIS DE 50 MIL TRABALHADORES

O espaço de espera das audiências do Foro Trabalhista de Brusque ficou pequeno para as aproximadamente 100 pessoas, entre servidores, magistrados e convidados especiais, que prestigiaram a inauguração da 2ª Vara do Trabalho do município e a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), ocorridos no dia 22 de agosto de 2014.

A implantação da nova unidade do município se justifica pelos números. De acordo com o último dado disponibilizado pela Secretaria de Planejamento do Tribunal, o volume da vara única em maio somava 2.089 mil processos pendentes de solução na fase de conhecimento, quando a média estadual era de 839 em cada unidade. Isso acabou projetando as audiências iniciais em Brusque para outubro de 2015.

O primeiro a discursar foi o juiz titular da 1ª VT e diretor do foro local, Hélio Henrique Garcia Romero. “Esta é uma tarde de comemoração de um trabalho longo que frutificou, envolvendo a iniciativa de pessoas e instituições”, disse. O magistrado resgatou o ano de 1971 como o da instalação da antiga Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ). Também lembrou que a instalação de uma nova vara do trabalho no município começou a ser reivindicada em 2007. Além disso, citou episódios e nomes de pessoas e entidades que contribuíram para o sucesso da iniciativa.

O presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, fez uma menção especial ao primeiro e ao segundo juízes-presidentes da JCJ local, os desembargadores Victório Ledra e Carlos Alberto Godoy Ilha, respectivamente. “Nós, que somos passageiros na vida pública, precisamos ter consciência de que temos que ser um elo encadeado com outros elos, para que a corrente não se rompa”, registrou.

A comparação foi feita para ilustrar a importância do trabalho continuado, já que entre o encaminhamento do processo de criação e a inauguração da nova unidade judiciária passaram pela presidência do Tribunal vários

desembargadores. O presidente ainda destacou a instalação do processo eletrônico no foro local e a parceria com a OAB regional na capacitação e também no atendimento às dúvidas dos advogados.

O prefeito municipal, Paulo Eccel, também marcou presença na solenidade. Observou que quando uma cidade ultrapassa a marca de 100 mil habitantes também há um aumento do nível de exigência e de conflitos. Por conta disso, ele considerou que a inauguração da 2ª VT representa “um dia de gratidão aos setores da sociedade empenhados para a realização do objetivo alcançado.”

A opinião do prefeito foi compartilhada pelo vice-presidente da seccional da OAB estadual, Marcus Antônio Luiz da Silva, que representou o presidente Tullo Cavalazzi Filho na inauguração. De acordo com Silva, o desenvolvimento econômico da região também derivou para o aumento de conflitos trabalhistas. “A nossa República se funda na dignidade da pessoa humana, agora aqui fortalecida com o maior e mais fácil acesso à jurisdição”, destacou.

Além de Brusque, a jurisdição atende Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento e São João Batista - uma área de dois mil quilômetros quadrados, com 234 mil habitantes. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, a região tem hoje cerca de 50 mil trabalhadores formais, a maioria concentrada na indústria têxtil e calçadista.

Já o presidente da subseção da OAB local, Paulo César Piva, reconheceu que além da advocacia da região as comunidades também passam a ser beneficiadas com a inauguração da 2ª VT de Brusque. “A realidade bate à nossa porta e toda a comunidade está agradecida”, comemorou.

07.10.14 - CORREGEDORIA DO TRT-SC LANÇA SEU PLANO ESTRATÉGICO

O corregedor regional do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, desembargador Gracio Petrone, apresentou ao Tribunal Pleno, na sessão administrativa do dia primeiro de outubro de 2014, o Plano Estratégico da Corregedoria. O documento tem validade para o período de 2014 a 2016 e traz, além de outras informações, a visão, a missão e os valores da Corregedoria.

Segundo o magistrado, a elaboração do Plano decorreu da preocupação do órgão com a busca da melhoria da prestação jurisdicional e envolveu, além dele próprio, toda a equipe de servidores. “O objetivo do Plano é criar sincronismo entre a gestão de pessoas, a dos processos de trabalho e a dos recursos do órgão, buscando evitar a sua dispersão e dos esforços envidados, na medida que direciona sua atuação para aspectos eleitos como grandes desafios”, considerou Petrone.

Quanto ao período escolhido, de 2014 a 2016, o corregedor justificou que existe uma curva de aprendizagem de parte da equipe, em especial dos servidores que integram a coordenação da Secor que, na maioria das gestões, são indicados pelo corregedor eleito. “A ideia é que o Plano, definindo linhas de atuação para 2014 a 2016, contribua, também, com a próxima gestão (2015-2017), propiciando ferramentas para facilitar a continuidade dos serviços durante a mencionada curva de aprendizagem, que geralmente ocorre durante o primeiro semestre do ano de atuação”, explicou.

O desembargador também esclareceu que o documento está alinhado às diretrizes do CNJ, da Justiça do Trabalho e do TRT-SC, e ainda poderá sofrer adequação ao novo Planejamento Estratégico do Tribunal, que está em fase de elaboração para o período de 2015 a 2020.

21.10.14 - TRT-SC RECEBE TERRENO PARA CONSTRUIR A SEDE PRÓPRIA DO FORO TRABALHISTA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

A futura sede própria do Foro Trabalhista de Balneário Camboriú será construída num local de pouco mais de 1.000 metros quadrados, ao lado da Câmara de Vereadores. O terreno foi garantido na tarde do dia 14 de outubro, dia em que o prefeito municipal Edson Renato Dias – o “Periquito” - assinou a escritura de doação. Segundo ele, o valor do imóvel está estimado em R\$ 1,5 milhão.

Atualmente, o Fórum ocupa o segundo pavimento de um imóvel alugado na 4ª Avenida, com área de público apertada e pouco confortável para o cidadão que busca os serviços da Justiça do Trabalho. O aluguel mensal é de R\$ 13 mil.

Para o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes, o terreno doado pelo município atende perfeitamente às necessidades do Tribunal. “Está bem localizado, numa área ampla, próximo à saída da cidade e de um shopping center”, observou o magistrado durante uma visita ao local, ainda em janeiro deste ano. O mais importante, segundo ele, é que tanto o Tribunal quanto o município se aliaram para propiciar ao jurisdicionado da região um espaço mais confortável e adequado. Edson Mendes foi o primeiro juiz trabalhista da jurisdição de Balneário Camboriú, criada em 1993.

O projeto do novo Fórum está em fase de elaboração. O diretor do Serviço de Obras e Manutenção, Alexandre S. Thiago, revela que ele irá prever vagas de garagem para juízes, servidores e usuários, e, pelo menos, uma unidade judiciária a mais. Isso porque nos últimos dois anos cada uma das duas varas recebeu mais de 1,5 mil processos. Somente em 2013, foram em torno de 2 mil processos recebidos por vara, quase 60% acima da média estadual.

Ainda de acordo com o diretor, o projeto está sendo elaborado levando em conta que a Prefeitura fará uma alteração no plano diretor do município, que está em fase de reestudo. “Trata-se de um acréscimo no potencial construtivo do terreno, com aumento do índice de pavimentos e recuo, entre outros aspectos. O prefeito garantiu que está comprometido para que o projeto seja viabilizado nessas condições”, adiantou.

Além do presidente, participaram da reunião, pelo Tribunal, o juiz diretor do Foro Trabalhista de Balneário Camboriú, Irno Resener; o diretor da Secretaria Administrativa, Paulo Cesar Dias, e o diretor do Serviço de Obras e Manutenção, Alexandre S. Thiago.

03.11.14 - PÚBLICO EXTERNO CONSIDERA CELERIDADE PRINCIPAL PONTO FORTE DE VARAS E TRIBUNAL, APONTA PESQUISA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A celeridade na prestação jurisdicional foi considerada o principal ponto forte da Justiça do Trabalho de Santa Catarina (JT-SC) para 64% do público externo que responderam à consulta pública do Planejamento Participativo. Ao todo, foram 64 respostas individuais de advogados, acadêmicos e demais cidadãos, que puderam preencher o formulário disponibilizado no portal do TRT-SC entre 3 e 22 de outubro.

Esses e outros dados da consulta pública vão subsidiar a 1ª Oficina de Planejamento Participativo, que aconteceu nos dias 4 e 5 de novembro. Nesses dois dias, os três magistrados e os dois servidores que compõem o Comitê Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, os dois juízes auxiliares da Presidência (José Lúcio Munhoz e Irno Ilmar Resener) e os integrantes do Comitê de Gestão Estratégica elaboraram o chamado mapa estratégico da JT-SC (missão, visão, valores e objetivos estratégicos), com base nos 247 formulários respondidos pelos públicos externo e interno.

A consulta pública também apontou que o conjunto de magistrados e servidores consideram que o principal ponto forte da JT-SC é o bom atendimento aos jurisdicionados e advogados. Isso ficou constatado para 92% dos 76 formulários enviados pelas áreas, em que houve debates em grupo, e para 74% dos 107 servidores e magistrados que participaram individualmente da consulta.

A pesquisa utilizou o método Swot, iniciais em inglês das palavras forças (strengths), fraquezas (weakness), oportunidade (opportunities) e ameaças (threats). No caso das forças e fraquezas, foi solicitado ao participante que indicasse cinco pontos entre uma série de opções, definidas com base em outras pesquisas de planejamento de tribunais e também em demandas levantadas na Pesquisa de Clima do TRT-SC e nos recentes encontros de diretores de secretaria, oficiais de justiça e magistrados.

A inadequação ou insuficiência na lotação de servidores é o principal ponto fraco citado pelo público interno, figurando em 78% das respostas das áreas e em 58% das individuais. A falta de padronização de

procedimentos (67% das áreas e 45% das individuais) e a falta de integração entre as áreas (54% das áreas e 49,5% das individuais) vêm na sequência. Já para o público externo, a divergência jurisprudencial excessiva foi a principal fraqueza da JT-SC apontada pelos formulários individuais, com quase 47% das escolhas.

Quem respondeu à consulta pública do Planejamento Participativo também pode opinar sobre temas considerados como ameaças e oportunidades para a Instituição. Sob a ótica do público interno, 76% das áreas entendem como principal oportunidade a ser explorada o estabelecimento de parcerias com outras entidades, enquanto 66% das respostas individuais indicaram as novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho.

Já os erros e instabilidades do PJe-JT lideraram as ameaças, com 88% das respostas das áreas e 77,5% das individuais. No entanto, seu constante aprimoramento foi considerado uma oportunidade para 72% das áreas e 63,5% de magistrados e servidores que responderam à pesquisa.

Para o público externo, no topo das ameaças está o aumento da demanda processual, com 64% das escolhas. Vale lembrar que, no ano passado, as varas catarinenses e o TRT-SC bateram o recorde histórico em distribuição de ações e recursos, com 127 mil casos novos.

A exemplo de magistrados e servidores, os advogados e demais cidadãos que responderam à consulta pública consideram as novas tecnologias aplicadas à Justiça do Trabalho como a principal oportunidade da Instituição, com 61% das escolhas. O constante aprimoramento do PJe-JT vem na sequência, com 56% das respostas.

14.11.14 - CNJ PREMIA TRT-SC PELO GERENCIAMENTO DE ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

O TRT-SC foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, pelo gerenciamento das informações processuais que serviram de base para o relatório Justiça em Números deste ano. A entrega ocorreu no início desta semana, em Florianópolis, durante o 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ.

O Selo Justiça em Números busca reconhecer os tribunais que investem no aprimoramento da gestão de suas informações, seja por meio de boas práticas ou pela adoção de sistemas informatizados de geração de estatísticas processuais. É dividido em quatro categorias, na seguinte ordem de importância: Diamante, Ouro, Prata e Bronze.

Na categoria Ouro, além do TRT catarinense, foram premiados outros 18 tribunais, quatro deles pertencentes à Justiça do Trabalho: Bahia, Campinas (que abrange o interior de São Paulo), Maranhão e Rio Grande do Norte. Na categoria Diamante, receberam a homenagem o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os TRTs da 1ª Região (TRT-RJ) e da 23ª Região (TRT-MT), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS/PR/SC), e os Tribunais de Justiça de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte.

Responsável pela inscrição do TRT-SC no Prêmio, o servidor Marco Antonio Bazeggio, da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan), recebeu a conquista com bastante satisfação. “Embora alguns sistemas não estejam sob nosso controle direto, conseguimos criar um conjunto de iniciativas para aperfeiçoar o gerenciamento das estatísticas processuais”, analisa ele.

Entre essas iniciativas, Bazeggio citou os relatórios gerenciais que constataram a existência de 4 mil processos julgados, mas sem registro de solução no PJe-JT, o que subestimou a produtividade das varas. O assunto chegou a ser objeto de um ofício circular da Corregedoria enviado às unidades judiciárias orientando sobre a correção do problema.

De acordo com ele, a ideia é que o Serviço de Estatística, vinculado à Seplan, atue de forma mais estratégica com o aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento de informação, como o e-Gestão. “Queremos preparar relatórios estatísticos mais focados na gestão da vara do trabalho, mas para isso precisamos automatizar a parte de coleta de informações, o que ainda não aconteceu totalmente”, diz o servidor.

Para o gestor estratégico e de metas do Tribunal, juiz Alexandre Ramos, o prêmio chega num momento importante, em que o Judiciário vivencia a transição dos processos do meio físico para o eletrônico. “Para que isso ocorra sem percalços, as informações processuais precisam ter o maior grau de confiança possível. É uma conquista, portanto, ser considerado uma referência nesse quesito, já que tais dados servem de base para o planejamento do Poder Judiciário”, argumenta o magistrado.

“Nós trabalhamos para fazer o nosso melhor, inclusive no que se refere ao lançamento dos dados de nossa realidade processual. Essa premiação do CNJ indica que estamos no caminho certo para alcançar a excelência no gerenciamento de nossas informações”, elogiou o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira.

Para conceder o prêmio, o CNJ atribui um sistema de pontuação que leva em conta o cumprimento, pelos tribunais, de uma série de critérios no gerenciamento das informações, como prazos, forma de extração dos dados e requisitos de gestão da informação.

09.12.14 - TRT-SC ENCAMINHA A CONSELHOS SUPERIORES ANTEPROJETOS PREVENDO CRIAÇÃO DE 30 CARGOS DE JUIZ E 121 DE SERVIDORES

Os desembargadores do TRT-SC referendaram, em sessão plenária realizada no dia primeiro de dezembro, dois novos anteprojetos de lei para a criação de 30 cargos de juízes substitutos, 121 de servidores e 82 funções comissionadas, todas de nível 5. Conforme possibilita a Resolução Administrativa 70/2009, do próprio Tribunal Pleno, o documento havia sido encaminhado diretamente pela Presidência do TRT-SC ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho no dia 28 de novembro, já que o prazo para o envio expirava no dia primeiro de dezembro.

Os dois anteprojetos, somados, possuem 79 páginas e traçam um panorama detalhado da situação da magistratura e do quadro de servidores, com referências estatísticas a carga de trabalho, saúde ocupacional, afastamentos e também ao impacto orçamentário nas contas públicas caso a proposta seja aprovada. Dos 121 cargos para servidores, apenas oito são para técnico judiciário, sendo o restante para analista: 81 para a área judiciária e 32 para a área administrativa e de apoio especializado.

Esta é a segunda iniciativa da atual Administração do TRT-SC na tentativa de buscar, junto aos conselhos superiores, um tratamento mais isonômico de sua estrutura em relação a tribunais de porte semelhante. Em outubro, a Presidência requereu ao CNJ o desarquivamento de outros dois anteprojetos de ampliação do quadro, também com base no artigo 11 da Resolução 184/2013. O Conselho ainda não decidiu a respeito da matéria.

12.12.14 - ROBERTO BASILONE LEITE É O NOVO DESEMBARGADOR DO TRT-SC

Em cerimônia concorrida na sala de sessões do Tribunal Pleno, com transmissão on line para convidados que acompanharam no auditório, Roberto Basilone Leite tomou posse no dia 11 de dezembro como novo desembargador do TRT-SC. Magistrado de carreira, Roberto Basilone Leite foi promovido pelo critério de merecimento e era o titular da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis.

Para homenagear o desembargador, amante da música e compositor, seus filhos Rafael e Bárbara, acompanhados pelo maestro Zezinho e pelo servidor Nílvio, interpretaram Coração Civil, de Milton Nascimento.

O desembargador José Ernesto Manzi saudou o empossado em nome da Corte, destacando as qualidades humanas e profissionais do empossado. “Não é apenas um jurista e um filósofo, é, pois, pelas causas que advoga, um republicano, um democrata e, principalmente, um humanista”, descreveu. Manzi lembrou sua produção jurídico-literária - 11 livros e quase 60 artigos publicados - e artística, com cerca de 300 composições, e mencionou que o desembargador Basilone não se contenta com a derme, indo às causas primeiras, lançando um olhar holístico e humano sobre as questões que lhe são submetidas. “Tem e terá uma

visão do direito que supera o positivismo legalista e pouco profícuo no encontro de soluções equânimes para os conflitos apresentados numa sociedade cada vez mais complexa, litigiosa e ciente de seus direitos”, acrescentou.

A procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho (MPT-SC), Angela Cristina Santos Pincelli, cumprimentou o empossado e disse ser uma honra participar do momento, que representa uma renovação da Corte. “O desafio é grande, mas o Ministério Público confia na sua competência”, frisou. De improviso, lembrou o dia que leu pela primeira vez o nome do desembargador, assinando sentença em uma ação civil pública. “Foi uma decisão emblemática para mim pela profundidade do julgamento”, assinalou a procuradora.

Em nome da OAB-SC, saudou e parabenizou o magistrado a advogada Maria Lúcia de Liz, presidente da Comissão de Direito do Trabalho da entidade. Ela elogiou o desembargador Basilone dizendo que ele sempre enfrentou com firmeza os desafios e merece o cargo no qual foi investido. Também aproveitou para reiterar a expectativa de que as duas instituições mantenham o diálogo, já que ambas têm papel fundamental na democracia.

Último a falar, o empossado agradeceu a cada um dos que o ajudaram e acompanharam durante a vida. “Esta promoção que meu Tribunal me concede hoje é o resultado da soma de muitas ações e decisões tomadas ao longo desses 51 anos de vida”, sublinhou. Basilone expressou, com humildade, o misto de sentimentos que lhe ocorreram ao ter o nome escolhido para a lista tríplice submetida à Presidência da República. Para ele, o reconhecimento demonstra uma opinião que realiza, envaidece e emociona.

Sobre o Poder Judiciário, o empossado salientou sua função na sociedade democrática: garantir a efetividade do direito do cidadão e exercer sua função pedagógica de punir os atos de desrespeito aos direitos para eliminar a certeza da impunidade.

Em breve análise sobre o número “estonteante” de conflitos judiciais, observou um paradoxo: o país registra uma demora processual incompatível com as exigências atuais, enquanto o magistrado brasileiro é um dos mais produtivos e mais qualificados do mundo.

Para o desembargador Basilone, se o objetivo final da justiça é a felicidade, como ensina Aristóteles, é preciso estabelecer uma nova meta para os juízes: a Meta de Felicidade, de ser feliz com o trabalho que se realiza. Ele defendeu que felicidade pressupõe efetividade e não produtividade. Assim, as metas devem ser substituídas. “O ideal não é que o Judiciário seja produtivo; profira milhares de sentenças idênticas. O ideal é que o Judiciário seja efetivo; que ele profira uma sentença que passe a ser respeitada e cumprida não apenas pela parte à qual se dirigiu, mas pelos demais membros da comunidade”, concluiu.

Com a posse, o Tribunal fica composto de 17 membros – ainda restando o preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Lourdes Dreyer. O juiz Roberto Luiz Guglielmetto, da 1ª VT de Itajaí, já teve o seu nome aprovado pelo critério de antiguidade, dependendo apenas da aprovação pela presidente Dilma Rousseff.

Natural de Sorocaba (SP), Basilone Leite foi advogado e servidor do Judiciário Trabalhista em Mafra (SC), antes de ser aprovado em três concursos para juiz do trabalho substituto — em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Casado, pai de dois filhos, é doutor em Direito e ocupa o cargo de vice-diretor da Escola Judicial do TRT catarinense, tendo 11 livros publicados.

17.03.2015 - ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO É NOMEADO COMO DESEMBARGADOR DO TRT-SC

O juiz Roberto Luiz Guglielmetto, titular da 1ª Vara do Trabalho de Itajaí, foi nomeado no dia 16 de março de 2015, por ato da presidente Dilma Rousseff, como o mais novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC). Promovido pelo critério de antiguidade, ele assume a vaga da desembargadora Lourdes Dreyer, que se aposentou no ano passado. Com a entrada de Guglielmetto o colegiado voltará a ter a sua composição completa, com 18 desembargadores.

“Estou muito feliz. Essa nomeação é o resultado de uma longa caminhada de 25 anos na magistratura, e é muito gratificante ver todo esse trabalho ser reconhecido”, afirmou o magistrado, pouco depois de receber a notícia de sua nomeação. “Vou continuar fazendo o meu trabalho com muita dedicação, comprometimento e respeito. Sempre é possível melhorar”, concluiu.

O magistrado teve o seu nome aprovado por unanimidade durante sessão administrativa do Tribunal Pleno realizada em dezembro do ano passado.

Natural de São Paulo (SP), Guglielmetto atuou como advogado trabalhista na capital e no interior paulista de 1984 a 1990, quando foi aprovado e assumiu o cargo de juiz do trabalho substituto da 5ª Região (Bahia). Em novembro do mesmo ano, foi aprovado e nomeado para o mesmo cargo no TRT catarinense. Foi promovido a juiz titular em dezembro de 1993, tendo atuado nas cidades de Chapecó e Rio do Sul. Há 16 anos atua na 1ª VT de Itajaí.

Leciona a disciplina de Direito do Processo do Trabalho na graduação em Direito da Univali e a de Direito do Trabalho no curso de especialização da Amatra12. É graduado em Direito pela Faculdade Metropolitana Unidas e tem pós-graduação lato sensu em Direito do Trabalho e mestrado em Ciência Jurídica, ambos pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

26.03.15 - PJE-JT JÁ FUNCIONA EM METADE DAS VARAS TRABALHISTAS CATARINENSES

TRT-SC finalizou esta semana a primeira etapa da expansão total do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), com a implantação nas varas do trabalho de Concórdia e Xanxerê no dia 23 de março. Agora já são 30 as unidades judiciárias onde o PJe-JT está instalado, exatamente metade da jurisdição.

A expansão do PJe-JT para todas as varas trabalhistas catarinenses é uma determinação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Até o final do ano, o TRT-SC terá que implantar o sistema nas 30 unidades remanescentes. A próxima fase está prevista para maio, com a instalação na serra e no meio-oeste catarinense: Curitibaanos e Videira no dia 18, e Caçador e Fraiburgo no dia 25.

De acordo com a servidora Silvana Schaarschmidt, responsável por coordenar a expansão do PJe-JT em Santa Catarina, a implantação tem sido tranquila. “Não tivemos qualquer percalço até agora. Ninguém relatou instabilidades, pelo contrário, o sistema tem recebido boa aceitação”, afirma. Ela também destaca o papel da OAB-SC na capacitação dos advogados. “A contribuição da Ordem tem sido fundamental nesse aspecto”, elogia.

O PJe é um sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (sede em Pernambuco) e que acabou sendo escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser, no médio e longo prazos, o sistema único do Poder Judiciário.

Na Justiça do Trabalho, a que mais implantou, o sistema virou PJe-JT. De acordo com o CSTJ, hoje ele roda em mais de 1.229 varas, quase 80% das unidades em todo o país, totalizando 2,8 milhões de ações no primeiro grau e 224 mil no segundo (dados atualizados em 12 de março). Em Santa Catarina, estado pioneiro na implantação, já foram propostos pelo PJe-JT 75,9 mil ações trabalhistas em primeiro grau (incluindo cartas precatórias) e 9,6 mil em segundo, em mais de três anos de funcionamento do sistema.

26.03.15 - PJE-JT TERÁ MÓDULO DESENVOLVIDO PELO TRT-SC PARA FACILITAR GESTÃO DE PROCESSOS E CONTROLE DE PRAZOS

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmaram acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), dia 25 de março, para o desenvolvimento e a manutenção do módulo de Gestão Interna de Gabinete e Secretaria (GIGS) do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Criado pelo servidor Fernando Marcon, da VT de Palhoça (SC), e aprimorado pela equipe de Tecnologia de Informação do Regional catarinense, esse módulo facilita o controle de prazos e o gerenciamento de processos por magistrados e servidores. Desde que passou a ser utilizado pela primeira e segunda instâncias do TRT-SC, em agosto do ano passado, o programa já registrou o lançamento de 117 mil prazos e 92 mil comentários. Atualmente, 29 das 30 varas catarinenses que possuem o PJe-JT instalado utilizam o módulo auxiliar de gestão de processos.

Durante a cerimônia de assinatura do termo de cooperação, o presidente do CSJT/TST, ministro Antonio José de Barros Levenhagen, discursou sobre a importância das parcerias entre o Comitê Gestor Nacional do PJe-JT e os comitês gestores regionais. “O desenvolvimento do PJe-JT compete a todos os órgãos do Judiciário do Trabalho, por isso os acordos de cooperação técnica e a aproximação entre os gestores nacionais e regionais são fundamentais para a evolução do sistema”, disse o ministro.

Quanto ao objeto do termo de cooperação, Barros Levenhagen afirmou que “o módulo Gestão Interna de Gabinete e Secretaria é de extrema importância, porque vai contribuir para a gestão de processos feita por magistrados e servidores no ambiente do PJe-JT. Esse módulo servirá a todos os Tribunais Regionais do Trabalho”, concluiu o presidente do CSJT e do TST.

O presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, agradeceu a formalização do acordo e disse que se trata de “uma ferramenta inovadora, para beneficiar todo o Judiciário do Trabalho e contribuir para a eficiência do PJe-JT”. Conforme as cláusulas do acordo de cooperação, o CSJT e o Regional de Santa Catarina vão atuar de forma conjunta para adaptar o módulo de gestão ao sistema do PJe-JT.

30.03.15 - SEMANA DA CONCILIAÇÃO NACIONAL TRABALHISTA MOVIMENTA R\$ 10 MILHÕES EM SC

Durante toda a semana de 23 a 27 de março, servidores e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC) redobram seus esforços numa tarefa que é rotineira na Justiça do Trabalho: reunir numa mesma mesa patrões e empregados que precisam resolver uma questão trabalhista e ajudá-los a chegar num acordo.

A mobilização especial se deu em razão da primeira Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, cujo balanço foi divulgado dia 27. Em Santa Catarina, os números impressionam: em cinco dias de mobilização foram realizadas 1.045 audiências de conciliação, e o acordo entre patrões e empregados foi obtido em 629 delas — um índice de sucesso de 60%, bem acima da média nacional, que foi de 41% em 2013.

O evento contou com a participação de 115 magistrados e 163 conciliadores e colaboradores, que garantiram a homologação de quase R\$ 10 milhões em acordos trabalhistas. Ao todo, 3,2 mil pessoas foram atendidas em todo o estado.

A campanha foi uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e mobilizou todos os 24 tribunais regionais do trabalho no país. Em Brasília, o presidente do CSJT, ministro Antonio Barros Levenhagen, afirmou que ficou extremamente satisfeito com o resultado da campanha, que atendeu a mais de 160 mil pessoas em todo o país.

“Os resultados reafirmam que a conciliação já está sedimentada como pedra angular do processo trabalhista”, afirmou o ministro, que propôs uma consulta aos presidentes e corregedores dos TRTs para que o evento seja incluído definitivamente no calendário anual do CSJT.

Balanço final da Semana em Santa Catarina:

Audiências realizadas 1.045
Acordos realizados 629
Índice de acordos 60,2%

Soma dos valores homologados R\$ 9,9 milhões
Número de pessoas atendidas 3.297
Magistrados envolvidos 115
Conciliadores e colaboradores envolvidos 163

06.04.15 - ROBERTO GUGLIELMETTO TOMA POSSE COMO NOVO DESEMBARGADOR DO TRT-SC

Em cerimônia que lotou a sala de sessões do Tribunal Pleno, tomou posse no dia 31 de março o novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), Roberto Guglielmetto. Magistrado com 24 anos de carreira, ele ocupava o cargo de juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Itajaí e foi promovido pelo critério de antiguidade.

Guglielmetto assume a vaga da desembargadora Lourdes Dreyer, que se aposentou em junho do ano passado. Com a sua chegada, o Tribunal Pleno volta a ter a sua composição completa, com 18 membros titulares, algo que não acontecia desde janeiro de 2014.

Em nome de toda a Corte, o desembargador Amarildo Lima saudou o empossado, exaltando a forma como o magistrado paulistano de 54 anos é reconhecido por tratar bem todos ao seu redor. “Tive a oportunidade de conhecer nosso empossado há mais de 25 anos”, afirmou, destacando que o colega “trouxe para a magistratura a fibra necessária para, sem perder o bom humor, enfrentar a rotina de audiências, despachos e sentenças”.

“Se não existe fórmula pronta para a atividade de um magistrado, comprometimento, sabedoria e coragem são ingredientes de base na formação de todo julgador, e isso Vossa Excelência já demonstrou ter ao longo da sua carreira, que continuará por muitos anos”, aclamou Lima. “O caminho é longo, mas quem corre por gosto não cansa”.

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina, Acir Alfredo Hack, cumprimentou o novo desembargador e afirmou que sua escolha foi conquistada passo a passo, com persistência e dedicação. “Sua postura sempre foi pautada pela firmeza, simpatia e urbanidade com as partes, com sentenças céleres, lúcidas e imparciais. Isso o levou a conquistar o respeito e a admiração de todos aqueles que militam na seara trabalhista, dentre os quais me incluo”, disse.

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), a conselheira estadual Cláudia da Silva Prudêncio desejou sucesso ao novo desembargador, afirmando que Guglielmetto é um “juiz digno e simples, que sempre tratou a advocacia com respeito”.

Último a discursar, Guglielmetto agradeceu a Deus, a sua família e a todos os magistrados e servidores que o ajudaram ao longo de sua carreira. O magistrado fez uma saudação especial à colega Lilia Leonor Abreu, lembrando que ela foi a responsável por sua inscrição no concurso para o TRT-SC, há 25 anos, quando os dois ainda eram advogados trabalhistas.

Emocionado, o homenageado também fez um agradecimento especial para a mãe, Dona Zilah, que estava presente na plateia, lembrando que, após sofrer um acidente de motocicleta, em Criciúma, contou com sua companhia durante todo o período de recuperação. Segundo ele, seus pais tiveram papel fundamental para que ele aprendesse a conviver de forma harmoniosa com as diferenças.

“Essa educação fará com que eu, diante das divergências, saiba aceitar as derrotas de meus votos com dignidade, e celebrar meus votos vencedores sem arrogância”, afirmou.

Sobre Lourdes Dreyer, desembargadora de quem herda a vaga no Plenário, o magistrado disse que “sua pessoa amiga e carismática e o seu reconhecido conhecimento jurídico são exemplos do bom julgador que age com serenidade e prudência e que busca aplicar o Direito com bom senso”.

Após fazer um balanço de sua carreira e afirmar que guardava uma “imensa expectativa” de integrar a Corte, Guglielmetto passou a avaliar os desafios que cercam o Judiciário Trabalhista, destacando o impacto do novo Código de Processo Civil e a necessária consolidação da jurisprudência. Para o novo desembargador, o número de 3,1 milhões de novas ações trabalhistas em 2014 não deve ser comemorado.

“O número de processos e metas aumenta a cada ano, e com elas a frustrante realidade de que todo esse esforço não resulta, necessariamente, na correção da ordem jurídica e na sua obediência por grande parte da sociedade”, ponderou. “Algo está errado e precisa ser revisto”.

Na avaliação do desembargador, o processo judicial deve ser um mecanismo ágil e seguro para quem dele realmente necessitar e, ao mesmo tempo, um recurso oneroso para quem tentar tirar proveito do descumprimento à legislação. Em nome dessa segurança, Guglielmetto chegou a afirmar que abriria mão do seu convencimento em favor da jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.

“Tenho dificuldade em aceitar o fato de que uma lide seja resolvida na base do sorteio, em que as partes ficam torcendo, como nos jogos de azar, para que a sua causa seja distribuída para esta ou aquela Turma”, criticou.

Ao encerrar seu discurso, o novo membro do Pleno disse que um de seus maiores desafios será se adaptar à redução no contato direto com as partes, que costuma ser menor na segunda instância, mas garantiu que vai buscar o aspecto humano das causas nas entrelinhas dos processos. “O destinatário principal do nosso trabalho sempre será a pessoa, o ser humano”, concluiu.

14.04.15 - TRT-SC APRESENTA TRÊS PROJETOS EM ENCONTRO QUE DISSEMINA BOAS PRÁTICAS APLICADAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Ministros do TST e do CSJT, conselheiros do CNJ e juízes e servidores dos 24 regionais do país participaram do 2º Encontro Nacional de Boas Práticas, realizado do dia 9 ao dia 11 de abril, em Porto Seguro (BA). O evento, que neste ano foi organizado pelo TRT baiano, tem como objetivo promover o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho com base em experiências já praticadas pelos tribunais.

Foram apresentados 44 projetos selecionados entre 140 inscritos. O TRT catarinense teve três iniciativas aprovadas e apresentadas no encontro. Uma delas foi o Processo Administrativo Virtual (Proad), da Secretaria de Informática. Escolhido pelo CSJT como candidato a integrar o Siga-JT – programa que está sendo desenvolvido pelo TST para ser utilizado por toda a Justiça do Trabalho nas rotinas administrativas -, o Proad é um caso clássico de boa prática. Tanto que já foi implantando por cinco outros TRTs: Bahia, Ceará, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

O segundo projeto foi o da Autogestão no Auxílio dos Juízes Substitutos, que delegou aos próprios magistrados da circunscrição a organização da escala de trabalho nas unidades judiciárias. A ideia foi concebida pela presidência do Tribunal e entrou em vigor há pouco mais de um ano.

A nova dinâmica de designação dos magistrados está funcionando e é uma ideia que chegou para ficar, segundo Silvana Schaarschmidt, assessora da Presidência. De acordo com ela, após a implantação foram realizadas duas reuniões com os juízes que coordenam as ações nas suas regiões. Os magistrados, por unanimidade, apontaram a vontade pela permanência do sistema.

“A autogestão é, na verdade, uma grande conciliação, à medida em que estimula a discussão entre os magistrados para que eles próprios cheguem a um consenso. Ela nos possibilitou resolver muita coisa e é um campo que vai nos trazer soluções para outras questões”, avalia a assessora. De acordo com ela, a ideia está funcionando tão bem que algumas regiões já estão avançando no assunto, como o Foro de Balneário Camboriú, que lançou uma portaria formalizando a sistemática.

Na opinião de Silvana, o termo utilizado para a iniciativa também poderia ser cogestão, pois se trata de uma cooperação entre a Administração e os magistrados. “É uma via de mão dupla, na qual a Presidência atua em parceria com os magistrados e vice-versa. A Presidência prestigia a decisão dos juízes, que têm mais

condições de chegar à melhor solução para cada caso, por estarem mais próximos da questão”, assinala. Silvana também acredita ser importante destacar que essa transferência de decisão não deve ser vista como um descaso da Administração. “A Presidência nunca se eximiu de intervir quando necessário. É um regime de parceria com os magistrados”, ressalta.

O terceiro projeto foi o Índice de Segurança Técnica, da Secretaria de Gestão de Pessoas (antiga Serhu), uma ferramenta complementar à chamada lotação-padrão (Resolução CSJT 63/2010), que serve para definir o quantitativo de servidores nas unidades de primeira instância.

A apresentação ficou a cargo da diretora da área, Vanessa Gesser de Miranda, que considerou o evento intenso e bastante proveitoso. “Tivemos contato com diversas experiências interessantes, que vamos estudar para ver se aplicamos no nosso Tribunal”, revela a servidora, citando duas delas: uma da 2ª Região, o “servidor acolhedor”, que consiste na indicação de um colega para auxiliar na adaptação de novos servidores, ajudando-os a se instalar na cidade e a se integrar com os servidores antigos, e outra da 15ª Região, a “escola de gestão”, que tem o objetivo de preparar a sucessão do cargo de diretor de secretaria.

O evento foi iniciado com a apresentação de um grupo de índios da Tribo Pataxó, da aldeia da Jaqueira. Em seguida, foi realizada a primeira palestra, proferida pelo juiz Alexandre Ramos, titular da 6ª VT de Florianópolis e coordenador do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho.

O magistrado destacou o perfil inovador da Justiça do Trabalho, inclusive por ser um dos ramos mais novos da Justiça e possuir as tradições “menos arraigadas”. Segundo Ramos, cada TRT pode e deve absorver uma experiência consolidada de outro, respeitando-se as realidades regionais, assim como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que pode aproveitar as ideias nacionalmente.

20.04.15 - CHAPECÓ TERÁ NOVAS INSTALAÇÕES PARA FÓRUM TRABALHISTA

Resultado de 15 anos de gestões, foram iniciadas as obras do novo Fórum Trabalhista de Chapecó. Desde 2000 vinham ocorrendo discussões, ampliadas em 2004 e que envolveram a Justiça do Trabalho, a Subseção de Chapecó da Ordem dos Advogados, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Chapecó, para a obtenção de terreno no centro da cidade, através de permuta com o prédio antigo do Fórum Trabalhista. Essa medida somente foi oficializada em agosto de 2009 e a partir daí foram agilizadas as ações para a implantação do novo prédio.

A construção ocorre na Rua Rui Barbosa, entre as ruas Barão do Rio Branco e Marechal Bormann. Serão quatro pavimentos, com área construída total de 3.345m² e investimento de R\$ 7 milhões e 608 mil pela Justiça do Trabalho. O prazo de conclusão previsto é agosto de 2016. Além das instalações do próprio fórum, incluindo sala para treinamento, o prédio tem previstos espaços para a OAB, central de atendimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), cafeteria, fraldário e agência bancária.

Para a presidente da OAB Chapecó, Patrícia Vasconcellos de Azevedo, o início da construção do novo Fórum Trabalhista representa a concretização de uma trajetória de ações, conduzidas pela Justiça do Trabalho, especialmente através da ex-diretora do Foro, juíza Vera Ramos, e pela Ordem dos Advogados/Subseção de Chapecó, em diversas diretorias, inclusive para a implantação de duas novas Varas Trabalhistas, o que já ocorreu. A dirigente também assinala a boa localização e o fato de todas as quatro Varas Trabalhistas estarem em um mesmo local, ao contrário de hoje, quando funcionam em dois prédios, um deles com deficiência na acessibilidade. Acrescenta que o novo prédio facilitará as condições de trabalho dos advogados e o atendimento de seus jurisdicionados, além de permitir a ampliação do número de Varas no futuro, em caso de necessidade.

O atual diretor do Foro Trabalhista de Chapecó, juiz Giovanni Olsson, lembra que no fim dos anos 1990, quando assumiu em Chapecó, já testemunhava as gestões para que a Justiça do Trabalho tivesse um novo espaço “para dar conta das crescentes demandas da sociedade na solução dos conflitos sociais, e, agora, finalmente, esse sonho vira realidade”. Dessa forma, acrescenta o juiz, a nova sede é o resultado de um esforço coletivo e incansável, de longa data, de todos os juízes, dos advogados, de entes públicos e da

sociedade civil. Esse esforço “encontrou eco na Administração do TRT e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em Brasília, sensibilizados com a importância da obra para o Oeste Catarinense, numa jurisdição que atende 24 municípios e que é estratégica no desenvolvimento econômico e social sustentável do próprio Estado”, argumenta Giovanni Olsson.

Sobre a importância das novas instalações para o andamento das ações da Justiça Trabalhista em Chapecó, o juiz específica que irão facilitar o acesso do jurisdicionado, inclusive por unificar os serviços judiciários hoje em dois prédios distintos. “Oferecer padrões adequados de conforto, acessibilidade e segurança para as partes, advogados, servidores e magistrados, na medida em que contará com instalações modernas, adaptáveis e totalmente equipadas”, são outras vantagens destacadas pelo diretor do Foro Trabalhista de Chapecó.

13.05.15 - TRT-SC INICIA PROGRAMA PARA FOMENTAR CULTURA DA CONCILIAÇÃO NA SOCIEDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) iniciou dia 12 de maio um projeto que pretende fomentar a cultura da conciliação na sociedade catarinense. O Programa de Conscientização da Sociedade para a Conciliação foi apresentado durante uma visita de acadêmicos do nono período do curso de Direito da Universidade do Vale de Itajaí (campus de Tijucas) ao Tribunal, sendo um dos 30 projetos do novo plano estratégico do órgão, definido recentemente.

O programa tem caráter permanente e está vinculado ao objetivo estratégico que busca sensibilizar a sociedade quanto à importância da conciliação. Os acadêmicos, futuros operadores do Direito, assistiram a uma exposição sobre as vantagens da conciliação e a uma animação criada pelo bacharel em Direito e jornalista Angelo Miloch.

Além desta, serão feitas quatro apresentações a estudantes de Direito de outras faculdades. Também foi agendado um evento para o mês de julho, em parceria com a Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas (Acat), com o objetivo de mostrar como funciona uma audiência trabalhista na prática.

“Não basta ao autor da ação trabalhista ter uma sentença judicial para garantir o seu direito. Ele precisa que esse documento seja convertido o quanto antes em dinheiro, pois a verba trabalhista tem caráter alimentar. Por isso o acordo acaba sendo uma opção ágil e célere, evitando o desgaste psicológico que costuma vir com o processo”, explicou a servidora do Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap) Maria José Olegário (foto), que integra a equipe do programa.

O estímulo à conciliação dentro das faculdades de Direito, ao que tudo indica, parece estar engatinhando. A acadêmica Ediléia Mafra diz que o conteúdo quase não é tratado pelas disciplinas. “Mas sempre que existe algum evento na universidade sobre esse assunto, não falta público”, afirma ela.

Para o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, a conciliação é uma ferramenta que as partes dispõem para solucionar o conflito de forma célere e efetiva, evitando delongas processuais e a consequente sobrecarga do Poder Judiciário.

27.05.15 - PLENO HOMOLOGA PLANO ESTRATÉGICO DO TRT-SC PARA O PERÍODO 2015-2020

O novo plano estratégico que vai guiar o destino da Justiça do Trabalho de Santa Catarina pelos próximos seis anos (2015-2020) foi homologado no dia 25 de maio em sessão administrativa do Tribunal Pleno. A apresentação do documento aos desembargadores foi feita pelo presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, ao final da sessão. No próximo dia 19 de junho, a Administração vai realizar um evento no auditório do TRT-SC, com transmissão online para todo o estado, com o objetivo de apresentar oficialmente o plano estratégico aos magistrados de primeiro grau, servidores e representantes da comunidade jurídica.

A elaboração do plano, iniciada no segundo semestre de 2014, foi feita de forma coletiva e cooperativa, a partir do entendimento de que a Justiça do Trabalho deve ampliar a participação de seus públicos – interno e externo - na definição de suas estratégias. Além de magistrados e servidores, entidades parceiras como a OAB-SC, AGU e MPT, e cidadãos em geral puderam participar respondendo a formulários disponibilizados no portal do Tribunal.

Foram duas as consultas realizadas junto ao público. A primeira, em outubro do ano passado, coletou opiniões para a elaboração do mapa estratégico, o que resultou nas definições da missão, visão, valores e objetivos estratégicos da Instituição. A segunda, de fevereiro deste ano, buscou sugestões de ações a serem implementadas para se atingir os doze objetivos estratégicos definidos na primeira etapa. O resultado foi a definição de 30 projetos que serão colocados em prática nos próximos seis anos. Na fase final, as equipes técnicas do Tribunal desenvolveram as metas e indicadores para medir o alcance dos objetivos.

19.06.15 - ENCONTRO REÚNE AUTORIDADES PARA DISCUTIR COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) realizou na noite do dia 17 de junho um grande encontro para debater o combate ao trabalho precoce e a contratação de menor aprendiz na região oeste de Santa Catarina. Promovido por meio da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste, que concentra hoje 14 dos 100 municípios de maior incidência de trabalho infantil no Brasil, o evento foi realizado em parceria com a prefeitura local, que cedeu o espaço.

O encontro mobilizou prefeitos, vereadores, promotores de Justiça, conselheiros tutelares, secretários de educação e órgãos de ação social dos municípios da região. Pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), participaram os gestores do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho no estado, desembargadora Maria de Lourdes Leiria e juiz Ricardo Kock, além do juiz titular da VT de São Miguel, Gustavo Rafael Menegazzi, que há um ano e meio mantém trabalho intenso no combate ao trabalho infantil na região. O Ministério Público do Trabalho foi representado pelo procurador Marcelo Goss Neves, que atua pelo órgão em Chapecó.

Para Menegazzi, o encontro e sua repercussão na imprensa regional, com direito a entrevistas para rádios e emissoras de TV, são extremamente positivos para a mudança cultural necessária ao combate ao trabalho infantil no extremo oeste catarinense. Na abertura do evento, ele destacou com orgulho que, depois de um ano de mobilização em São Miguel, hoje não há mais notícia de qualquer criança ou adolescente trabalhando.

O juiz lembra que, quando iniciou as atividades na cidade, há um ano e meio, a situação era outra. Havia crianças trabalhando na venda de salgados e sorvetes nas ruas, na entregas de panfletos e jornais, em oficinas mecânicas, lavagem de veículos e descarregamento de caminhão de frutas, além de outras atividades consideradas trabalho infantil. “Na época, uma pesquisa feita por uma rádio local mostrou que 94% dos entrevistados acreditava que menores de 16 anos de idade deveriam trabalhar para ser um melhor cidadão”, lembra o magistrado.

A atuação do juiz na Vara e a divulgação na mídia a respeito das consequências do trabalho infantil fez com que a situação melhorasse muito. “Nós convocamos a população de São Miguel para apoiar a iniciativa e denunciar na vara do trabalho qualquer caso de trabalho infantil que localizassem. Precisamos agora ampliar a área de atuação para as outras cidades da jurisdição e para a área rural”, diz.

A desembargadora Maria de Lourdes Leiria explicou que é preciso deixar de lado a ideia de que trabalhar desde cedo vai ajudar a criança a desenvolver sua disciplina e o seu senso moral. Segundo ela, o trabalho precoce deve ser visto como uma forma de exploração econômica. “Temos de pôr fim a essa noção de que quem vai à escola pode trabalhar. Quem trabalha oito horas por dia numa plantação, por exemplo, não vai conseguir ter o mesmo rendimento daqueles que não trabalham. Isso vai desmotivando o aluno e faz com que muitas crianças, geralmente as mais pobres, abandonem os estudos mais cedo”, completou.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, cerca de 160 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalham no Estado. Ainda segundo o órgão, Santa Catarina possui 19 municípios na lista dos 50 em todo o Brasil com maior proporção de crianças de 10 a 14 anos trabalhando. Na avaliação de Kock Nunes, o contrato de aprendizagem tem se mostrado como uma alternativa eficiente para reverter esse quadro.

Para o prefeito de São Miguel, João Valar, a sociedade precisa estar atenta cada vez mais para o problema. “As campanhas de conscientização são as melhores maneiras de chamar a atenção da população. Parabéns por mais esse encontro e pelo trabalho em andamento em todo o Estado”, enfatizou o prefeito.

O evento em São Miguel, chamado “Reflexões sobre o trabalho infantil e o contrato de aprendizagem”, é mais um da série de atos públicos que vêm sendo realizados pelos gestores do Programa pelo interior do Estado. O foco são as cidades com maior incidência do problema e só no ano passado foram realizados seis desses encontros.

23.07.15 - TRT-SC ALCANÇA METADE DAS METAS NACIONAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO PRIMEIRO SEMESTRE

A Justiça do Trabalho catarinense atingiu no primeiro semestre deste ano metade das dez metas nacionais previstas para 2015, considerando o cumprimento em primeiro e segundo grau de jurisdição. A informação foi divulgada no dia 21 de junho, durante a segunda reunião de análise estratégica (RAE) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC). O objetivo dessas reuniões é avaliar a execução do novο plano estratégico da instituição, implantado este ano e que vai orientar as ações do Tribunal até 2020.

O índice de alcance de metas foi criado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para monitorar o desempenho dos Regionais ao longo do ano. Ele leva em consideração o resultado alcançado por instância, e não de forma conjunta. No TRT-SC, esse o índice chegou a 50% no acumulado de janeiro a junho. Além do Regional catarinense, outros nove possuem desempenho de 50% ou mais: Paraná, São Paulo, Campinas, Espírito Santo, Distrito Federal/Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

Uma das metas que o TRT catarinense atingiu com folga foi a redução do acervo de processos envolvendo os dez maiores litigantes. A meta para este ano era de 1,5%, mas o Tribunal baixou para mais de 60%. Outra foi a de julgamento de processos autuados até 2013: 91% no primeiro grau e 93% no segundo, quando a meta para ambos é de 90%. Já nas metas que envolvem a fase de conhecimento (julgar mais processos do que o montante distribuído) e de execução (baixar mais ações do que o volume iniciado no ano) o Tribunal está abaixo do objetivo previsto e ainda pode evoluir.

A reunião também abordou alguns objetivos estratégicos internos à instituição. O principal deles diz respeito à promoção da saúde e qualidade e vida de magistrados e servidores. Convidado a participar, o representante do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de Santa Catarina, servidor aposentado Caio Teixeira, fez algumas considerações.

Na sequência, o desembargador do trabalho Amarildo Carlos de Lima, gestor regional do Programa Trabalho Seguro e coordenador do Comitê de Atenção Integral à Saúde do TRT-SC, falou de forma sucinta sobre os três projetos estratégicos vinculados ao objetivo de saúde: formação de interlocutores nas áreas, programa de identificação e mitigação de causas de doenças relacionadas ao trabalho e implantação de um software para prevenção dessas doenças.

O presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, conduziu a reunião e disse estar satisfeito com o desdobramento das ações estratégicas. “O mais importante é que o planejamento não fique no campo das ideias, ele precisa se traduzir em resultados efetivos tanto para a sociedade como para o público interno”, declarou o magistrado.

Participaram da reunião, além do presidente, os desembargadores Viviane Colucci (vice-presidente) e Gracío Petrone (corregedor) e os representantes do Comitê de Gestão Estratégica e do Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.

23.07.15 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO TEM ESTRUTURA DUPLICADA PARA GARANTIR MAIS ESTABILIDADE AO USUÁRIO

Já está funcionando no Fórum Trabalhista de Florianópolis a nova central de processamento de dados do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), criada para operar como uma alternativa à estrutura principal do sistema, instalada no prédio da Av. Esteves Júnior. Com a duplicação, mesmo quando houver falhas de equipamentos, quedas de energia ou sobrecargas será possível manter o atendimento aos usuários da plataforma, que hoje é usada por metade das unidades da Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

“São duas estruturas idênticas de processamento, que estão interconectadas e podem funcionar sozinhas”, explica o assessor de infraestrutura da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação, Anderson Bastos, descrevendo o que na informática é conhecido como sistema de redundância. “É como um jogador de futebol reserva. Quando um machuca, o outro entra em campo”, exemplifica.

A instalação do sistema exigiu a duplicação dos equipamentos servidores e do banco de dados, que estão interconectados por meio de cabos de fibra ótica. Segundo Anderson, a medida vai deixar o sistema mais robusto e estável. “A gente tem tudo multiplicado por dois. Se pifar o banco de dados da sede, se uma fibra cair, a outra central assume”, destaca.

Até o final do ano, todas as unidades da Justiça do Trabalho catarinense já deverão estar operando com o sistema eletrônico.

01.10.15 - SEMANA DA EXECUÇÃO GARANTE PAGAMENTO DE R\$ 7 MILHÕES EM MAIS DE 500 ACORDOS

O TRT-SC homologou 539 acordos e transferiu mais de R\$ 7,2 milhões a trabalhadores catarinenses durante a 5ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 21 a 25 de setembro. Em todo o país, nos 24 tribunais regionais, o valor foi superior a R\$ 457 milhões, de acordo com o "executômetro" do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O índice de conciliação foi de 54% nas 987 audiências feitas em Santa Catarina. Durante a semana também foram realizados 22 leilões de bens penhorados – imóveis, veículos, eletrodomésticos, equipamentos industriais e eletrônicos, entre outros - que arrecadaram, juntos, aproximadamente R\$ 90 mil.

A vara catarinense que mais arrecadou foi a 3ª de Florianópolis, que somou pouco mais de R\$ 1 milhão, seguida pela de Timbó, com R\$ 808 mil. A unidade do Vale do Itajaí foi também a que mais obteve acordos: 93 em 117 audiências, um índice de 79% de conciliação. A maior parte desses acordos foram firmados com uma empresa do ramo de confecções que havia decretado falência e demitido os funcionários sem pagar as verbas rescisórias.

“Mesmo não estando na fase de execução, os processos foram incluídos na pauta da Semana justamente para tentar resolver a questão”, observa a diretora de secretaria, Enedina Montibeller Soares. Somente na sexta-feira (25), último dia do evento, foram realizadas 72 conciliações com ex-funcionários, que vão receber o valor devido em parcelas mensais.

Paralelamente às ações na primeira instância também foram realizadas tentativas de conciliação em ações que já estão no segundo grau. A pauta foi coordenada pelo Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap), em Florianópolis, com as audiências sendo conduzidas pelo juiz Charles Baschiroto Felisbino. Em um dia de audiências, foram obtidos três acordos que somaram R\$ 748 mil.

Esta é a terceira vez que o magistrado participa da campanha, a segunda realizando audiências no Conap. Para

ele, a mobilização contribui para incutir a ideia da conciliação na sociedade, aproximando as partes. “O juiz deve buscar constantemente a resolução dos processos da fase de execução. A Semana é mais uma oportunidade para intensificar as audiências e leilões judiciais a fim de que os devedores busquem resolver seus débitos”, afirma o juiz.

Para Baschiroto, é possível aprimorar ainda mais os resultados com a preparação de servidores conciliadores e uma seleção mais apurada dos processos. “Os conciliadores poderiam realizar reuniões prévias para aferir a intenção dos envolvidos e aproximar as propostas. Na pauta da Semana, seriam incluídos aqueles em que as partes já manifestaram disposição para a conciliação”, sugere.

06.10.15 - NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRT-SC É ELEITA PARA O BIÊNIO 2016-17

O desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone foi eleito na tarde de 5 de outubro, pelo Tribunal Pleno, para exercer o cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina para os próximos dois anos. A votação ocorreu em sessão pública, que elegeu também a nova vice-presidente, desembargadora Mari Eleda Migliorini, e a nova corregedora, desembargadora Maria de Lourdes Leiria. Os dirigentes vão atuar durante o biênio 2016/2017 e entram em exercício após sessão solene de posse, prevista para o dia 11 de dezembro.

Em entrevista concedida à Secom, os desembargadores falaram de suas prioridades para a próxima gestão. Gracio Petrone, que irá suceder Edson Mendes de Oliveira, terá como uma de suas diretrizes a redução do tempo que as partes precisam aguardar entre a proposição da ação e as audiências de conciliação (inicial) e instrução, em que são ouvidas as partes e as testemunhas.

É o chamado encurtamento da pauta. Em junho deste ano, a soma desses dois períodos, considerando a média das 60 varas do trabalho catarinenses, era de nove meses e meio (quatro para a inicial e cinco e meio para a de instrução). “Acredito que podemos evoluir neste importante quesito de nossa prestação jurisdicional”, afirma o presidente eleito, que pôde conhecer mais profundamente a dinâmica de trabalho das unidades judiciárias no último biênio, atuando como corregedor.

O desembargador também pretende, como diretriz de sua gestão, dar continuidade à melhoria das instalações físicas da Justiça do Trabalho, adequando as unidades às necessidades dos jurisdicionados e do público interno - magistrados e servidores.

Como futura vice-presidente, a desembargadora Mari Eleda coordenará a Escola Judicial e a Ouvidoria. À frente da Escola Judicial, ela pretende dar continuidade às ações já desenvolvidas, acompanhar as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e aplicá-las no contexto social do nosso estado. Na Ouvidoria, a desembargadora pretende aperfeiçoar os canais de comunicação do Tribunal para os diferentes segmentos da sociedade. “As demandas têm crescido, as novidades são inúmeras e ouvir os agentes sociais é indispensável para evoluir a qualidade dos serviços”, observou a desembargadora.

Já a corregedora eleita afirmou que sua atuação será pautada pela busca da efetividade na prestação jurisdicional, orientando juízes e servidores para que se cumpra o mandamento constitucional que garante o direito à prestação jurisdicional célere e eficiente. Ao falar da prestação jurisdicional, Lourdes Leiria citou discurso de Rui Barbosa, que considera atual: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade”.

19.11.15 - ADMINISTRAÇÃO DO TRT-SC APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO EM SUA ÚLTIMA SESSÃO NO PLENO

Os três desembargadores do TRT-SC que encerram a gestão 2014/2015 no próximo dia 11 de dezembro, quando acontece a posse dos novos dirigentes, fizeram um balanço das principais ações que empreenderam durante o período no dia 16 de novembro, durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal.

O presidente do Tribunal, desembargador Edson Mendes de Oliveira, destacou uma série de ações, enfatizando os avanços em tecnologia da informação (TI). De acordo com ele, com a criação de 27 cargos de TI em 2014, foi possível incrementar diversas ações importantes nesta área, como os aperfeiçoamentos no Processo Administrativo Virtual (Proad) que fizeram o sistema ser adotado por diversos Regionais. Um dos módulos do Proad (Ouvidoria), inclusive, será utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho na plataforma administrativa integrada que está sendo desenvolvida para servir a todos os tribunais do trabalho.

Um desafio importante ressaltado pelo presidente foi a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) para 100% das varas do estado. Em dois anos, o número de unidades com o sistema passou de 24 para 60, um planejamento que, segundo Edson Mendes, envolveu o trabalho conjugado de diversas áreas do Tribunal e servidores especialistas no assunto, que se dispuseram a auxiliar as unidades novatas em cada nova implantação. Os foros de Itajaí e Balneário Camboriú serão os últimos a receber o sistema, no dia 30 de novembro.

Outras iniciativas também foram citadas pelo presidente. Entre elas a nomeação de 350 candidatos aprovados no último concurso público e a elaboração de dois documentos importantes: o Código de Ética, redigido a partir de consulta pública junto à sociedade, e o novo Regulamento Geral do Tribunal, que não sofria atualização desde 2008.

Edson Mendes salientou que foi o trabalho em equipe que prevaleceu durante a sua gestão. “Por isso quero dar os créditos àqueles que se doaram para o bem comum além de suas obrigações jurisdicionais. Na linha da oração de São Francisco de Assis, que eu consiga mais agradecer do que ser agradecido”, declarou, emocionado.

A vice-presidente do TRT-SC, Viviane Colucci, destacou o trabalho à frente da Seção Especializada 1 (SE1), da Ouvidoria e da Escola Judicial, funções acumuladas com o cargo de vice. Em relação à SE1, ressaltou a atualização das 33 tendências normativas em dissídios coletivos, que contempla 31 tendências positivas de julgamento do Órgão Especial. A magistrada enfatizou que o trabalho só foi possível pela ação conjunta e participação de todos os gabinetes dos desembargadores que compõem a SE1.

Viviane Colucci também falou do trabalho à frente da Ouvidoria. Todas as informações, reclamações e sugestões recebidas pelo setor foram repassadas às áreas estratégicas como subsídios, inclusive para tomada de decisões. “Os atendimentos foram focados na qualidade da prestação de serviço ao cidadão, incluído também o público interno, na imagem da Instituição e na eficiência”, afirmou a desembargadora.

A Ouvidoria iniciou um projeto que busca renovar sua imagem institucional, aproximando-se do público interno e externo, além de um outro, que prevê o mapeamento e a uniformização das rotinas e processos do trabalho. Segundo a magistrada, merece destaque o desenvolvimento de um módulo específico do Processo Administrativo Virtual (Proad) do TRT-SC, em operação desde setembro, capaz de concentrar e classificar todas as solicitações que chegam à Ouvidoria. Esse sistema fornece relatórios estatísticos detalhados que servirão como importante ferramenta para a Administração na identificação e correção de falhas na prestação dos serviços, explicou a desembargadora.

Viviane Colucci também defendeu a proposta de reestruturação da Ouvidoria. De acordo com ela, o setor precisa ter mais autonomia e independência, se desvinculando da vice-presidência, com a criação de uma estrutura própria e o enquadramento como órgão do Tribunal no Regimento Interno, além da eleição do ouvidor e do vice-ouvidor pelo Tribunal Pleno, entre outras alterações.

Com relação à Escola Judicial, a desembargadora salientou a importância de ela ser considerada um estímulo ao magistrado “na construção do conhecimento e na criação de condutas e procedimentos que possam dar respostas a questões totalmente novas que vêm sendo colocadas no dia a dia da magistratura”.

Viviane Colucci descreveu as mudanças implementadas na estrutura da Escola, como a ampliação da Coordenação Técnico-Científica e do quadro de servidores e a criação do Conselho Pedagógico. Em relação à atuação pedagógica, enfatizou a descentralização das ações através da criação de oito regiões socioeconômicas e a realização de encontros semestrais prévios à programação, chamados de Cafés Filosóficos.

O corregedor e presidente eleito, Gracio Petrone, elencou as principais ações desenvolvidas pela Corregedoria. Mais do que isso, aproveitou a sessão para lançar o Regulamento da Corregedoria do TRT-SC, que dispõe sobre sua organização e atribuições, possibilitando também ao público externo conhecer mais sobre o papel da órgão.

Uma das ações destacadas pelo Corregedor foi o projeto que automatiza em 90% os dados das atas de correição, a partir da inserção das informações do e-Gestão. Outra iniciativa foi a elaboração, no ano passado, do Plano Estratégico do órgão para vigorar até 2016, focando, em especial, na preparação para o desafio da expansão do PJe-JT ao longo de 2015.

O desembargador também destacou os 11 relatórios que a Corregedoria passou a enviar mensalmente às varas que utilizam o PJe-JT para ajudar no gerenciamento da unidade. “A Corregedoria é naturalmente um órgão censor, mas não deve se limitar a isso. Ela existe também para auxiliar o andamento dos trabalhos nas unidades judiciárias. Estamos todos jogando no mesmo time”, argumentou.

Para finalizar, o Gracio Petrone solicitou aos magistrados e servidores que "continuem dedicando atenção especial no desempenho de suas atividades diárias, buscando também manter o bom clima organizacional, além de bem cumprir a missão do Regional, qual seja, realizar Justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho”, concluiu.

20.11.15 - TRT E MPT-SC ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA A IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE PJE E O MPTDIGITAL

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Desembargador Edson Mendes de Oliveira, e o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina, Marcelo Goss Neves, assinaram dia 18 de novembro, em Florianópolis, o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho para a implementação dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e o Sistema MPTDigital em Santa Catarina.

Na opinião do Procurador Marcelo Goss Neves o acordo possibilitará, assim que levado a efeito, uma maior sincronia entre os sistemas, permitindo que a operabilidade do MPTDigital esteja diretamente vinculada aos processos que tramitam no PJe, gerando facilidades e efetividade no manuseio de ambos. Espera-se que, com isso, haja desoneração de atividades meramente burocráticas de ambas as instituições, permitindo o melhor aproveitamento da força de trabalho e um melhor serviço prestado à sociedade.

23.11.15 - JT INAUGURA SEDE PRÓPRIA EM RIO DO SUL, UMA DAS MAIS ANTIGAS DO ESTADO, COM QUASE O DOBRO DE ESPAÇO EM RELAÇÃO A IMÓVEL ANTERIOR



Prefeito e Presidente do TRT-SC descerram a placa de inauguração da obra: pavimento térreo foi construído acima da cota de enchente de 2011

O resgate de uma dívida com o município. Foi dessa forma que o presidente do TRT-SC, Edson Mendes de Oliveira, qualificou a instalação da sede própria do Foro Trabalhista de Rio do Sul, em solenidade realizada no início da noite de 20 de novembro. O novo Fórum, mais moderno e com quase dois mil metros quadrados de área construída (o dobro em relação ao imóvel anterior), conta com duas varas que já tinham recebido, até setembro, quase 2,5 mil ações trabalhistas.

O presidente lembrou que, embora a jurisdição tenha sido criada há mais de 40 anos, “mais antiga do que o próprio Tribunal”, ainda não havia recebido uma sede à altura de sua importância. “O foro sempre dependeu de imóveis improvisados, com área acanhada e dificuldades de estacionamento para os jurisdicionados. Isso agora ficou para trás. Estamos aqui para resgatar essa dívida”, disse Edson Mendes, em seu discurso.

O diretor do Foro, juiz Roberto Masami Nakajo, fez um breve histórico do caminho percorrido pelo TRT-SC até esse resgate. Lembrou que as primeiras tratativas começaram em 2008, com o ex-presidente Marcus Pina Mugnaini (falecido no mesmo ano) e a então diretora do Foro, juíza Maria Aparecida Jerônimo. Ambos conseguiram sensibilizar o prefeito à época e atual secretário estadual da Defesa Civil, Milton Hobus, para doar o terreno.

A enchente de 2011, uma das maiores da história do município, obrigou o projeto a ser repensado. “Verificou-se, pela planta original, que uma nova catástrofe climática faria com que as águas pudessem invadir a edificação”, contou Nakajo. Novamente, a Administração do Tribunal se mobilizou.

Em 2013, a presidente à época, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, e a então diretora do Foro, juíza Ilma Vinha, articularam junto ao prefeito Garibaldi Antonio Ayroso (reeleito até 2016) a doação da área situada aos fundos do projeto original. Além de garantir um estacionamento com mais de 50 vagas, a ampliação do terreno permitiu que o pavimento térreo fosse erguido a três metros do solo, acima da cota de enchente da localidade. Tanto Hobus quanto Ayroso estiveram presentes à solenidade.

“A população de Rio do Sul merecia esse prédio. Uma edificação sem luxo, mas digna o suficiente para garantir o conforto de todos durante a labuta diária nos processos sujeitos à nossa competência”, afirmou Nakajo. Para o prefeito, esse é o primeiro passo de um projeto maior. “Nosso objetivo é congregar os vários segmentos da Justiça num único espaço”, disse Ayroso, referindo-se à construção das varas cíveis, em andamento no terreno ao lado do Fórum Trabalhista.

Convidado a falar em nome da Seccional da OAB-SC, o advogado Antônio Naschenweng Neto, eleito recentemente para comandar a subseção pelos próximos três anos, enfatizou o “franco diálogo e a cordialidade” existente entre advogados e juízes da jurisdição. Como exemplo, citou as vagas privativas de estacionamento do Fórum aos procuradores e a parceria realizada entre a subseção e o Tribunal na capacitação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) - aliás, outra novidade na jurisdição.

Com o novo Fórum, a Justiça do Trabalho catarinense pretende dar um salto de qualidade no atendimento da jurisdição. Composta por 28 municípios, sua sede, Rio do Sul, é o 14º polo de empregos do estado, com 24,5 mil postos formais (mais de um terço da população), conforme dados do relatório Santa Catarina em Números, produzido pelo Governo Estadual em parceria com o Sebrae (dados de 2011). De acordo com o documento, o município ocupa o mesmo lugar no ranking em número de empresas instaladas no estado, com 4,3 mil.

Se depender da motivação dos servidores do Fórum, isso já está garantido. Durante a cerimônia, era visível a satisfação da equipe com as novas instalações. “O que mais me chamou a atenção foi o espaço amplo para se trabalhar e a localização, pois a região é bem silenciosa”, elogia a servidora Albertina Costa Torinelli, que tem 32 anos de casa e atua no Núcleo de Apoio à Gestão do Foro e Central de Mandados - a antiga Distribuição.

Embora o novo Fórum também esteja situado numa das avenidas mais movimentadas da cidade, a XV de Novembro, a distância de aproximadamente 50 metros que separa a rua da porta de entrada dissipa o som do trânsito. A sensação de calma é compartilhada por Marli Neves de Oliveira, colega de Albertina no Núcleo. “Na sede anterior, quando chegava o fim da tarde, muitas vezes a gente nem conseguia atender direito o telefone de tanto barulho na rua”, recorda.

25.11.15 - PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO, TRT-SC RECEBE PRÊMIO POR EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

O TRT-SC de Santa Catarina conquistou pelo segundo ano consecutivo o Selo Justiça em Números, categoria Ouro, um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que investem no aprimoramento da gestão da informação. A solenidade de entrega ocorreu no dia 24 de novembro, durante a programação do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF).

No total, 56 tribunais receberam a premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. A condecoração máxima, o Selo Diamante, foi concedido às seguintes cortes: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as regras das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do CNJ. Pela primeira vez, a premiação também considerou o nível de implantação dos processos eletrônicos nos tribunais.

Com a maior quantidade de premiados, o Selo Ouro foi concedido a 23 tribunais dos ramos estadual, trabalhista, eleitoral e militar. A maioria das cortes dessa categoria é da Justiça Estadual (12), com representantes das cinco regiões do país. Também estão na lista Ouro, além do TRT-SC, seis cortes do trabalho, duas eleitorais e duas militares. O Selo Prata foi conferido a 10 tribunais, divididos entre estaduais (4), trabalhistas (3), eleitorais (2) e federal (1). Já o Selo Bronze foi concedido a 15 tribunais, sendo três estaduais e 12 eleitorais (confira a lista completa abaixo).

O secretário-geral do CNJ, Fabrício Bittecourt, destacou que a grande contribuição do Selo Justiça em Números para a população é o uso dos dados estatísticos como subsídio para a gestão judiciária. “Se há dez anos pouco se sabia em termos concretos sobre os reais desafios do Judiciário, hoje é possível identificar e reconhecer os grandes avanços quanto à produção, sistematização e divulgação de dados quantitativos e qualitativos referentes ao Poder Judiciário”, salientou.

O Selo Justiça em Números foi criado em outubro de 2013 (Portaria 186/2013, atualizada pela Portaria 125/2015) para fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números. A ideia é aprimorar a coleta e sistematização dos dados para garantir informações e indicadores confiáveis para a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégicos, além de aumentar o acesso público a esses dados.

A concessão do Selo considera o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e à consistência dos dados, assim como o nível de informatização do tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação. Para a edição 2015, os tribunais interessados em obter o Selo Justiça em Números apresentaram inscrições com documentos comprobatórios, que foram analisadas por uma comissão avaliadora composta pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ e pela diretora-executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

Selo Diamante

Superior Tribunal de Justiça
Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES)
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT)

Selo Ouro

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP-RM)
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR)
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP)
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO)
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE)
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

27.11.15 - TRT-SC RECEBE O ÚLTIMO PROCESSO EM PAPEL, EM ITAJAÍ

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina recebeu no dia 27 de novembro de 2015 seu último processo em papel. O fato histórico, que acontece na 2ª Vara do Trabalho de Itajaí, marca também a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) em toda a jurisdição. Em razão disso, uma cerimônia será realizada no Fórum Trabalhista de Itajaí, às 18h: o último processo ganhará um selo histórico do presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, simbolizando a importância do momento.

O TRT-SC foi pioneiro na virtualização dos processos pelo PJe-JT, que teve início em 2011, na Vara do Trabalho de Navegantes, e depois se expandiu por todo o país. Desde então, só em Santa Catarina já foram protocolados cerca de 118 mil processos eletrônicos, 102 mil na primeira instância e 16 mil na segunda. Se considerarmos que um processo tem em média 200 folhas, e que cada uma pesa 4,64 gramas, pode-se estimar que foram economizadas cerca de 110 toneladas de papel nos últimos quatro anos – o que corresponde a 2.200 árvores. O cálculo leva em conta o fato de que a produção de uma tonelada de papel consome 20 árvores.

A agilidade na tramitação processual é outra vantagem proporcionada pelo PJe-JT. Com o sistema, os chamados “tempos mortos” do processo - como furar, carimbar e numerar páginas, por exemplo - são eliminados, o que agiliza o andamento dos processos para o julgamento do magistrado. Além disso, os advogados e as partes envolvidas também ganham em facilidade de acesso, pois podem consultar a íntegra dos autos digitais pela internet - e não apenas a tramitação, como nos processos físicos -, desde que devidamente cadastrados.

O planejamento da Administração do Tribunal foi fundamental para alcançar essa marca. Em compromisso firmado com a OAB-SC, o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes de Oliveira, deixou claro que a transição seria realizada de maneira responsável. “Pensando na comunidade jurídica, servidores e magistrados, decidimos expandir o PJe-JT para 100% das unidades, desde que fosse tudo feito com segurança e tranquilidade”, ponderou. Os esforços deram resultados e, neste ano, 36 das 60 unidades que compõe a jurisdição receberam o sistema.

O envolvimento dos servidores também merece destaque. Para auxiliar os colegas novatos e compartilhar conhecimento, os mais experientes no PJe-JT se deslocavam até as varas do trabalho que estavam implantando a plataforma. Esse projeto foi chamado de “varas madrinhas”.

Para o juiz do trabalho Luiz Carlos Roveda, primeiro magistrado do Brasil a usar o PJe-JT, o sistema trouxe muitos benefícios, mas também criou desafios. “Em comparação ao que foi implantado em Navegantes, em 2011, houve muita melhoria. Estão melhores as ferramentas, formas de acesso, segurança e acessibilidade”, afirmou o magistrado. Entretanto, se problemas antigos foram resolvidos, o juiz afirma que novas questões surgiram. “As demandas agora chegam mais rápido aos gabinetes, por isso entendo que as estruturas operacionais têm que ser melhor desenhadas para atenderem a essas inovações”, ressaltou o magistrado, que acompanhou o sistema desde o início e atualmente é diretor do Fórum Trabalhista de Itajaí.

O presidente do Comitê de Inclusão Digital da OAB-SC, Ramon Carmes, considera a transição do papel para o virtual um grande avanço. “A entrega do último processo físico marca uma data histórica para os advogados e para todos aqueles envolvidos na prestação da tutela jurisdicional. Espero que o sistema, que já evoluiu bastante desde sua implantação, continue se aperfeiçoando”, ponderou o advogado, que também é professor de processo judicial eletrônico da Escola Superior de Advocacia da OAB.

27.11.15 - TRT-SC GARANTE PAGAMENTO DE R\$ 17 MILHÕES EM DÍVIDAS TRABALHISTAS, NOVO RECORDE NA SEMANA DA CONCILIAÇÃO

A Justiça do Trabalho Catarinense já garantiu o pagamento de R\$ 17 milhões em dívidas trabalhistas com os acordos obtidos nos três primeiros dias da 10ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, superando o recorde de 2013, quando foram negociados cerca de R\$ 10 milhões. O total arrecadado até o momento é quase o dobro do valor obtido durante os cinco dias do evento no ano passado (R\$ 8,8 milhões). Até o momento, foram realizadas 627 audiências e homologados 227 acordos em todo o estado.

A grande recordista foi a 2ª Vara de Florianópolis, que arrecadou pouco mais de R\$ 15 milhões em apenas dois dias de audiências, com 46 acordos envolvendo uma empresa multinacional do ramo de telecomunicações. A unidade foi designada pela Presidência do TRT-SC para atuar não somente em processos da empresa que tramitavam na Vara, mas também em ações de outras unidades da capital e demais jurisdições, como Blumenau, Joinville, Mafra e Tubarão. A iniciativa partiu da própria reclamada, que é uma das maiores litigantes da Justiça do Trabalho catarinense.

As audiências foram conduzidas pelo juiz Válter Túlio Amado Ribeiro, que utiliza uma dinâmica própria para facilitar e acelerar a conciliação. Além de realizar audiências simultâneas, com duas mesas e dois assistentes, ele procura tornar o ambiente mais humanizado, enfrentando a resistência das partes com bom humor. “Eu desmitifico a figura do juiz, que normalmente é distante das partes. Procuro me aproximar mais das pessoas e busco a vontade delas em realizar o acordo”, explica o magistrado, que até o final da semana quer homologar um total de 150 acordos.

Acordos em alta

Balanco da Semana Nacional da Conciliação no TRT-SC (23 a 25 nov)

Audiências 627

Acordos homologados 227

Valor negociado R\$ 17,4 milhões

03.12.15 - JUSTIÇA DO TRABALHO FIRMA MAIS DE R\$ 20 MILHÕES EM ACORDOS EM SC DURANTE SEMANA DA CONCILIAÇÃO



A Justiça do Trabalho catarinense firmou mais de R\$ 20 milhões em acordos durante a 10ª Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário, alcançando um recorde de arrecadação em comparação com as edições anteriores. Os números finais foram divulgados nesta quarta-feira (2) pelo Núcleo de Conciliação e Apoio à 1ª Instância do Tribunal, responsável pela coordenação da Semana. O evento foi realizado entre os dias 23 e 27 de novembro.

Promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os órgãos do Judiciário de todo o país, a Semana é uma ação concentrada para conciliar o maior número possível de processos e fortalecer a cultura do diálogo. Os esforços realizados pelo Tribunal e pelas varas do trabalho de Santa Catarina deram resultado: das 968 audiências realizadas, 40,8% terminaram em acordo, totalizando 395 processos conciliados. O destaque foi o novo recorde em valores obtidos: R\$ 20.175.834,55, com R\$ 116 mil revertidos para a União (imposto de renda e contribuições previdenciárias). É o dobro da marca anterior, de 2013, quando foram negociados cerca de R\$10 milhões.

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito foi mantido como um dos objetivos estratégicos do Tribunal para o quinquênio 2015-2020. Trata-se de um esforço permanente que tem mobilizado juízes e servidores em todo o Estado. Os números são prova disso: mesmo sem participar da Semana de Conciliação, a Vara do Trabalho de Videira conciliou 85,3% dos processos solucionados no período entre janeiro e outubro deste ano, de acordo com dados do Sistema e-Gestão, liderando o ranking de acordos no período.

Para o titular da unidade, juiz Luiz Osmar Franchin, conciliar é a melhor solução para um processo. “O acordo promove a resolução dos conflitos e a harmonia entre as partes por meio do diálogo. Por isso, é necessário ensinar desde a escola que esse é o melhor caminho”, ressalta o magistrado. No cenário nacional, o TRT catarinense ocupa a segunda colocação no índice de acordos, com 48%, apenas um ponto percentual atrás do TRT-PR (49%).

Quem tem opinião semelhante é a juíza Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert, titular da 2ª Vara do Trabalho de São José, unidade com índice de conciliação de 46,6% nos primeiros 10 meses do ano, acima da média da Semana. “O evento é importante, mas acredito que deva haver um esforço permanente em cada unidade para

que a conciliação seja inserida nas pautas regulares de audiências ao longo do ano – aliás, como muitos juízes já fazem”, pondera a juíza.

Para a magistrada, conciliar é uma questão de se colocar no lugar do outro. “É preciso ter sensibilidade para conduzir os processos, principalmente os que envolvem danos morais. Há muita mágoa envolvida e quando se chega num acordo resolvem-se muitas vezes questões de ordem emocional. Isso é gratificante ao juiz”, conclui Maria Beatriz Gubert.

As cinco varas com maior índice de conciliação (Jan a Out/2015 – Conciliados/Solucionados)

Videira – 85,3%

Fraiburgo – 78,8%

Canoinhas – 74,7%

3ª VT de Chapecó – 66,9%

São Bento do Sul – 65%

08.12.15 - Produtividade de desembargadores do TRT-SC é terceira melhor do país, aponta correição

Responsáveis por julgar os recursos das ações que tramitam na Justiça do Trabalho de Santa Catarina, os 18 desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) têm atualmente a terceira maior carga individual de trabalho e o terceiro melhor índice de produtividade entre os 24 TRTs do país. Os dados constam de relatório divulgado nesta sexta-feira (4), em Florianópolis, pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Brito Pereira.

O relatório da correição ordinária apontou que, de janeiro a outubro deste ano, cada desembargador do TRT-SC recebeu, em média, 124 casos novos por mês (recursos e ações originárias), enquanto a média nacional é de 109. Somados aos demais processos já existentes, esses magistrados tiveram uma carga de trabalho de 214 processos por mês, a terceira maior do Brasil (a média observada nos demais TRTs é de 188 processos por mês).

Os magistrados catarinenses também se destacaram pela produtividade, solucionando, em média, 147 processos por mês, terceiro melhor resultado entre os Regionais trabalhistas (a média nacional é de 125). Segundo o relatório, os recursos do TRT-SC levam em média 51 dias da distribuição até que o relator se restitua à secretaria com o voto, quase metade do tempo médio registrado na Justiça do Trabalho, que atualmente é de 99 dias.

Realizada a cada dois anos, a correição é uma avaliação do desempenho administrativo e dos procedimentos judiciais nos tribunais. Ela funciona como uma espécie de diagnóstico sobre a instituição, mostrando pontos que podem ser melhorados e recomendações para que os órgãos do Judiciário aprimorem o atendimento à população.

Brito Pereira afirmou que o TRT-SC apresenta “ótimos números”. Citou como exemplo o prazo médio de sete dias para análise dos recursos de revista, cujo estoque está praticamente zerado, fruto também do trabalho multiprofissional envolvendo as áreas de saúde, gestão de processos e de pessoas. Ele também reconheceu que a instituição vem se esforçando para modernizar suas instalações e sistemas de informática, ressaltando o processo de expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), concluído no mês passado, a substituição de 50% dos equipamentos de rede nas unidades do interior e a implantação da central de monitoramento dos serviços de informática.

“O fato de o sistema de gestão de Processos Administrativos (Proad) catarinense ter sido adotado como referência nacional mostra a vocação inovadora do TRT-SC”, assinalou o corregedor, que também elogiou o desempenho da Escola Judicial e da Corregedoria do TRT-SC.

Em relação aos procedimentos judiciais, Brito Pereira foi enfático ao afirmar que a prática prolação de “sentenças líquidas” (já com valor da condenação detalhado) deve ser valorizada e incentivada, podendo representar um grande salto na celeridade dos processos trabalhistas. Também chamou a atenção do corregedor-geral o fato de que a taxa de conciliação na jurisdição do TRT-SC é de 49%, 10% superior à média nacional e a segunda do país – a primeira pertence ao Paraná.

“Esse resultado mostra o empenho do Tribunal em instituir e divulgar políticas específicas e proativas, que aumentam a produtividade e reduzem o volume de ações”, avaliou o corregedor-geral.

Entre as recomendações, o ministro sugeriu a criação de uma estrutura própria para a Ouvidoria do Tribunal e alertou para o crescimento de 24% no estoque de processos de segundo grau ainda pendentes de solução, que de janeiro a outubro subiu de 8 mil para 10 mil.

“Ficamos felizes pelos números apresentados e vamos ficar atento às recomendações”, afirmou o presidente do TRT-SC, desembargador Edson Mendes, que também encerra seu mandato neste final de ano. “Esses dados mostram um resultado alcançado por todos magistrados e servidores, um verdadeiro trabalho de equipe”, concluiu.

Ao encerrar a correição, Brito Pereira afirmou que o Regional teve uma “postura exemplar” no envio de estatísticas para o Tribunal Superior do Trabalho, o que garantiu que a correição — a última dele no cargo de corregedor-geral — transcorresse de forma tranquila e serena. Emocionado, ele agradeceu um a um cada um dos assessores que o acompanharam nas constantes viagens dos últimos dois anos, e que agora devem retomar sua rotina no gabinete do ministro, em Brasília. “Pode dizer ao seu filho que acabou essa história de dormir sem banho”, brincou com uma assessora.